



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II - CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

***COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: PODER E
PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA***

JOMAR RICARDO DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PB.

NOVEMBRO/1998

JOMAR RICARDO DA SILVA

***COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: PODER E
PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA***

*Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção
do grau de MESTRE.*

ORIENTADOR:

Dr. ALDER JÚLIO FERREIRA CALADO

CAMPINA GRANDE - PB.

NOVEMBRO/1998



5586a Silva, Jomar Ricardo da.
Comunidades eclesiais de base : poder e participação sócio-política / Jomar Ricardo da Silva. - Campina Grande, 1998.
187 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1998.
"Orientação : Prof. Dr. Alder Júlio Ferreira Calado".
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Comunidades Eclesiais de Base - Paraíba. 3. Movimentos Sociais - Igreja Católica. 4. Trajetória de Liderança - Poder Local - Cidadania. 5. Dissertação - Sociologia. I. Calado, Alder Júlio Ferreira. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 301.188:322(043)

***COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: PODER E
PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA***

Jomar Ricardo Da Silva

Dissertação aprovada em: de novembro de 1998.

Orientador

Dr. Álder Júlio Ferreira Calado

Componente da Banca

Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade

Componente da Banca

Dr^a. Deolinda Maria de Souza Ramalho

*“O senhor saiba: em toda a minha vida
pensei por mim mesmo, forro, sou
nascido diferente. Eu sou é eu mesmo.
Eu quase que nada sei mas desconfio
de muita coisa.”*

*(Riobaldo - Grande Sertões Veredas)
Guimarães Rosa.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pôde chegar a termo com a colaboração de muitas pessoas, das mais variadas maneiras.

Queríamos agradecer especialmente:

- A minha família, nas pessoas de meus pais Maria de Lourdes e José Ricardo, que mesmo sendo “gente humilde”, acreditaram e investiram seus esforços na nossa educação.
- A Marinaldo, amigo e Irmão, sempre presente.
- A Cristina que com sua amizade me fez compreender outros significados nobres da vida e a importância de acreditarmos em nós.
- Aos professores da graduação do curso de História e da Especialização em Brasil República. Momento em que esbocei as primeiras idéias desta dissertação.
- A Álder Júlio, pela dedicação e empenho com que orientou as fases do trabalho. Um educador que com seu exemplo nos ensina o respeito pelos outros e o ouvir suas opiniões.
- A Mércia Rejane, pelas considerações pertinentes e preocupação com o andamento da pesquisa.
- A Maria da Conceição Cardoso (Lola), pela colaboração na elaboração do projeto e sugestões para a pesquisa.
- À Professora Esther, pelas contribuições intelectuais durante a nossa defesa do projeto.
- Aos amigos de turma: Vandilo, Nerize, João, Clodoaldo, Rosário, Jussara, Rilma, Yolanda e Célia.

- A Camilo e a Jussara, pela disponibilidade e pelo tom amigável com que alentaram nossos objetivos.
- Aos coordenadores do Mestrado das últimas gestões: Ghislaine Duqué, Edgard Malagodi e Deolinda Ramalho que com seus esforços contribuíram para a melhoria do curso.
- Aos funcionários da Secretaria do Mestrado: Joãozinho, Vera, Verinha e Rinaldo.
- Pelos serviços profissionais de Genilson (na Xérox) e Rosiclé (na Biblioteca Setorial).
- A Ubiracy e Leila, pela colaboração bibliográfica.
- Aos animadores das CEBs de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, pela hospitalidade, entre estes Da Luz e Mariazinha, que nos deram apoio irrestrito durante a pesquisa.
- A Chaguinha e Zinha, pela caminhada na Comunidade da Liberdade, de onde estivemos ausente, mostrando-nos que é possível testemunhar práticas políticas coerentes e lutar por uma sociedade mais justa.
- A Pe. Aparecido, por seu compromisso com o projeto de uma “Igreja dos pobres” e que com seu apoio tornou exequível a realização da pesquisa.
- À CAPES pelo financiamento.
- A Liliann, que em questões de amor e vida foi grande incentivadora nestes últimos momentos.
- A Iranilson e Givanete, amigos que com paciência, decifraram os segredos da escrita e digitaram com maestria a dissertação.
- A Charlinton, pelos estímulos para concorrer à seleção do Mestrado.
- A Rita de Cássia, pela cuidados a transcrição das fitas.

DEDICATÓRIA

A Josefa Sales
(In memoriam)

RESUMO

A Igreja Católica, enquanto instituição social, tem desempenhado um papel considerável na sociedade, graças ao engajamento de seus fiéis, em vista de resolver os problemas políticos e sociais. Este trabalho tem como objetivo analisar as atividades dos membros das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), no plano político e social. Nascidas no Brasil, durante os anos 60, as CEBs têm se revelado uma referência das transformações no espaço eclesial. Aqui se trata de compreender as condições e o contexto subjetivo em que teve lugar as ações desenvolvidas pelos membros das CEBs, em função de seu objetivo. A participação desses protagonistas no Sindicato, no Conselho Municipal de Saúde, na Associação dos Agricultores e nos Partidos Políticos, nos municípios de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, na Paraíba, se passa de maneira diversa, conforme os interesses, as motivações e trajetórias individuais das lideranças e sua posição em relação ao poder local, chegando, em certos casos, a aportar sua contribuição à construção do processo de cidadania ativa. Para tanto, recorreu-se a entrevistas dos membros das CEB, dos agentes de pastoral e de outros participantes, assim como a observação centrada em sua ação social. Chega-se a conclusão de que há consideráveis diferenças e especificidades entre as CEBs analisadas, assim como entre os membros de uma mesma CEB (membros de base, agentes de pastoral, animadores) quanto a compreensão do seu engajamento nas organizações sociais já mencionadas.

RÉSUMÉ

L'Église catholique, en tant qu'institution sociale, a toujours joué un rôle considérable dans la société, grâce à l'engagement de ses fidèles, en vue de résoudre les problèmes politiques et sociaux. Ce travail a pour but d'analyser les activités des membres des communautés ecclésiales de base (CEBs), sur le plan politique et social. Nées au Brésil, pendant les années '60, les CEBs se sont révélées comme une référence des transformations dans l'espace ecclésial. On y tâche de comprendre les conditions, le contexte y où ont lieu les actions subjectives développées par les membres des CEBs, en fonction de leur but. La participation de leurs protagonistes au syndicat, au conseil municipal pour la santé, à l'association des paysans, ainsi qu'aux partis politiques, dans les municipalités de Nova Palmeira et Pedra Lavrada, au Paraíba, se passe de façon diverse, conformément aux intérêts, aux motivations et trajectoires individuelles des leaders, et leur position par rapport au pouvoir local, tout en arrivant, dans certains cas, à apporter leur contribution à la construction du processus de citoyenneté active. Pour cela, on a eu recours à des interviews des membres de CEBs, des agents de pastorale et d'autres participants, ainsi qu'à l'observation centrée sur leur action sociale. On arriva à la conclusion qu'il y a de considérables différences et spécificités entre les CEBs analysées, de même qu'entre les membres d'une même CEB (ses membres de base, ses agents de pastorale, ses animateurs...), quant à leur compréhension de leur engagement dans les organisations sociales déjà mentionnées.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
DIRETRIZES TEÓRICAS E METODOLÓGICA	19
1.1 Perspectiva Teórica.....	19
1.1.1 Ação Social em Max Weber	19
1.1.2 Relação Comunitária e Societária.....	23
1.1.3 Tipos de Dominação.....	28
1.1.4 Os Agentes de Pastoral e os Animadores.....	30
1.1.5 Os Novos Movimentos Sociais	30
1.2 Orientações Metodológica	32
1.2.1 Descrição da Área Pesquisada	32
1.2.1.1 Pedra Lavrada.....	32
1.2.1.2 Nova Palmeira.....	33
1.2.2 À Procura de um Caminho	35
1.3 Conhecendo a Caatinga	39
CAPÍTULO II	
CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO EM QUE SURGIRAM AS	
CEBS	45
2.1 O Contexto Sócio-Econômico e Eclesial	45

2.1.1 O Contexto Eclesial	49
2.1.2 A Igreja nos anos 80 e 90	55
2.2 Os Encontros Intereclesiais das Comunidades de Base no Brasil.....	58
2.3 A Igreja e os Problemas no Campo.....	71
2.4 As CEBs e a Diocese de Campina Grande	74
2.5 O Papel dos Mediadores na Comunidade.....	78

CAPÍTULO III

FAMÍLIA E COSTUMES RELIGIOSOS..... 84

3.1 De casa para a Igreja	84
3.2 A CEB não é Narciso: A CEB e as Diferenças de outras Instâncias Sociais ...	91
3.3 O Sentimento de Pertencimento dos Protagonistas	103

CAPÍTULO IV

OS PODERES DOS ANIMADORES E DOS AGENTES PASTORAIS.....115

4.1 Os Agentes e a Comunidade	115
4.2 A Centralização e o Poder dos Animadores	123
4.3 O Processo de Decisão nas CEBs	130

CAPÍTULO V

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ANIMADORES.....140

5.1 Entre a Cruz e a Espada	140
5.2 O Animador e o Partido Político.....	149
5.3 Os Diversos Níveis e Formas de Participação.....	159

5.3.1 De Crítica a Militante	159
5.3.2 A Participação Sindical das Mulheres	162
5.3.3 A Participação nos Conselhos de Saúde: A Cidadania Ativa.....	164
5.3.4 A Cidadania Passiva: As Associações de Moradores.....	168
À GUISA DE CONCLUSÃO	174
BIBLIOGRAFIA.....	178

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho visando a relação das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) com os movimentos sociais, é proveniente da nossa experiência na Comissão de Educação Política da Diocese de Campina Grande, em que atuamos no final dos anos oitenta e iniciou da década de noventa.

Mas, antes de chegarmos a atuar na condição de assessor de grupos de base da Diocese, tivemos uma trajetória que se iniciou na adolescência. Participamos de grupos de jovens e éramos vocacionados da Congregação Redentorista. Foi nesse período que tivemos a oportunidade de conhecer o Álder Júlio, diácono permanente, que a convite de Pe. Gabriel, nos fez uma exposição sobre análise de conjuntura, na cidade de Arcoverde.

Dois anos depois, entramos no seminário, mais precisamente no ano de 1986, e tivemos a oportunidade de entrar em contato através de trabalho pastoral com as populações dos paupérrimos bairros da periferia de Fortaleza. Foi nessa ocasião que começamos a freqüentar reuniões do Partido dos Trabalhadores, e logo depois “aconselhados” pela direção do seminário a deixarmos a militância partidária.

Chegava o fim do ano de 1986 e terminava também o sonho de nos tornarmos padres. De volta a Campina Grande, atuamos como animador de comunidade na Pastoral do Batismo, Liturgia e Alfabetização de Adulto, no Bairro da Liberdade, onde residíamos. Daí o convite para participar da Comissão de Educação Política da Diocese.

Na condição de assessor de grupos de animadores em diversas regiões que compõem a Diocese, cheguei a constatar problemas que me

preocupavam. Inicialmente, como militante, as leituras que se realizavam, ganhavam contornos de uma problematização que exigiam uma pesquisa de caráter acadêmico.

Entre estes problemas estavam as diferenças das CEBs, à medida que se passava de uma região para outra, e se observavam suas especificidades; a partir da heterogeneidade no interior das próprias CEBs, percebidas nas características dos seus membros, Agentes de Pastoral e Animadores e, entre estes, discrepâncias relativas à compreensão que tinham a respeito dos seus envolvimento nos “movimentos sociais” e partidos políticos.

A nossa pesquisa foi realizada na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, nas comunidades pertencentes aos municípios de Pedra Lavrada e Nova Palmeira. A preferência por essa região é devida às características que elas apresentam em seus aspectos sócio-políticos. Nela, percebemos preocupações acentuadas dos agentes pastorais em interrelacionar as manifestações religiosas com a ação política, tendo como corolário trabalhos de conscientização, participação sindical e partidária.

Sobre esta temática, há autores que abordam em suas obras as relações entre CEBs e a questão política (MAINWARING, 1989). Outros enfatizam o papel do Agente de Pastoral (mediador) em sua função de estabelecer articulações das CEBs com outras instâncias (PALMEIRA, 1985). Como também há aqueles que analisam a interferência do “agente externo” no mundo popular (NOVAES, 1993).

Essas contribuições apontam para problemas importantes, mas não enfocam a complexidade da qual resultam os impasses para explicação da heterogeneidade existente no interior das CEBs incorporadas em seus principais componentes, o que nos propomos a realizar.

A nossa atuação como animador e assessor dos grupos de CEBs não constitui barreira intransponível para que façamos levantamento de questões para a elaboração do conhecimento científico sobre esses mesmos grupos. Obviamente que muitas das arguições serão colocadas em posições contrárias às próprias práticas desenvolvidas.

Todavia, a nossa preocupação nesta investigação, a partir das análises existentes e da perspectiva vivenciada pelos Agentes de Pastoral e Animadores, em seus cotidiano, é descortinar as diferentes motivações que norteiam suas participações em grupos partidários, sindicais e Educação de Base.

Ainda mais existe uma considerável produção bibliográfica sobre a nossa temática, entretanto, ela está circunscrita ao âmbito urbano. Os estudiosos do tema, com raras exceções, não têm dirigido sua atenção para a realidade das CEBs na Zona Rural, onde se originaram.

Na atual conjuntura da sociedade brasileira, se faz necessária uma análise dos fatores que contribuem e limitam a participação na esfera política e social de parte dos membros das CEBs. É nelas que os trabalhadores rurais se reúnem nos sítios, lugarejos para refletirem sobre a realidade em que vivem, a partir da leitura da Bíblia e discutirem maneiras de agir para superar problemas locais (na área de Educação, Saúde) e assim adquirirem melhores condições de vida.

Ao mesmo tempo, na leitura de Calado (1997) e outros, os Movimentos Sociais – ao contrário do que ocorria nos anos 80, ocupando lugar privilegiado no mundo acadêmico – atualmente se ressentem da falta de atenção dos sociólogos, a pretexto de que passam por crise e não mais poderão recuperar a capacidade mobilizadora. Portanto, queremos verificar

empiricamente no conjunto do nosso trabalho, a real importância dos movimentos sociais na construção da cidadania no meio rural.

Destarte, o nosso objetivo é analisar a participação dos animadores em Partidos Políticos, Conselhos de Saúde e associação, através das suas próprias “ações sociais” e informações que foram fornecidas.

Para tanto dividimos o trabalho em cinco capítulos: O primeiro intitulado “Diretrizes Teóricas e Metodológicas” aborda as principais categorias conceituais que nortearam as nossas interpretações relativas à pesquisa de campo aos procedimentos aplicados para obtenção de informações durante a investigação.

O segundo capítulo tenta esboçar os principais acontecimentos da sociedade brasileira nos últimos trinta anos, tendo como ênfase as posições da Igreja no processo de mudança social. Os Encontros Intereclesiais de Base são importantes na análise por apontar a forma como as CEBs reagiram às questões nacionais vivenciadas no momento em que os Encontros se realizavam. Tratamos ainda da particularidade das CEBs em Campina Grande, colocando em questão as relações entre agente de pastoral e a comunidade.

No terceiro capítulo procuramos, pelas falas fornecidas pelos informantes, compreender as “motivações” que levaram esses indivíduos para os trabalhos comunitários, em que encontramos a família como principal organização social, através da formação dos “costumes”, a orientar este interesse que culmina na aproximação com a CEB..

No quarto capítulo fazemos uma análise sobre as relações dos agentes de pastoral e a comunidade, da tendência à centralização por parte dos animadores e o processo de decisão envolvendo os elementos constitutivos da Comunidade, agente e animador.

O último capítulo traz a organização das CEBs a partir da iniciativa do agente pastoral, a relação do animador e partido político e as diversas formas de participação sócio-política dos animadores, a saber: Conselho de Saúde, Sindicato e Associação, procurando assinalar as diferenças entre os dois municípios sempre que estas se fizerem significativas.

CAPÍTULO I

1. DIRETRIZES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Este capítulo está subdividido em duas partes: as perspectivas teóricas e as orientações metodológica. A primeira trata das concepções teóricas que utilizamos para a interpretação das informações obtidas no campo de pesquisa. É a tentativa de definir as categorias conceituais de Max Weber, tais como “Ação Social”, “Compreensão”, “Relações Sociais Comunitária” e “Societária”, “Luta”, “Tipos de dominação”.

A segunda parte se refere aos aspectos metodológicos, compreendendo uma descrição sumária das situações econômicas e sociais dos dois municípios Nova Palmeira e Pedra Lavrada, nos quais foi realizada a pesquisa. Por fim há a enunciação dos procedimentos da investigação e os principais passos para a coleta das informações junto às comunidades estudadas.

1.1 Perspectivas Teóricas

1.1.1 Ação Social em Max Weber

Para a análise do nosso objeto, vamos utilizar as categorias teóricas definidas por Max Weber, que nos serão úteis como ponto de partida, e não como camisa de força com propósito de cercá-lo e sufocá-lo em suas múltiplas variantes de seu advento fenomênico na realidade. É por essa perspectiva que o próprio Weber diferia o método generalizante do individualizante.

Esse último adotado por nós, neste trabalho, pelo fato de não desprover o campo estudado de sua riqueza singular (FREUND, 1980:12). Assim, vamos nos ater aos conceitos elaborados por Max Weber para

perscrutar o meio social em questão e interpretar o resultado da pesquisa empírica.

Para tanto, vamos recorrer à concepção de “compreensão” que consiste em apreender o comportamento social dos homens em seu contexto de sentido subjetivo e, dessa maneira, poder explicá-lo, referindo-nos às suas causas e efeitos. Isto depreende-se da definição que Weber dava da Sociologia logo no início do livro:

“Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”.
(WEBER, 1991:3)

O estatuto peculiar da sociologia se baseia na tentativa de compreender a “ação” e explicá-la, tanto no momento do seu empreendimento como nos resultados. Já a ação Weber a definia da maneira seguinte:

“Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de ‘outros’, orientando-se por este em seu curso”. (Idem, ibidem)

A diferenciação da ação de simples comportamento está constituído pelo “sentido” em virtude do qual o agente é levado a executar determinado ato (SAINT-PIERRE, 1994:54). É pelo sentido, segundo este autor, adicionado ao comportamento que o cientista social encontra a ação do agente. Nessa

polivalência de sentido, uma omissão ou um não fazer nada pode converter-se em ação.

Essa significação está relacionada com os “motivos” que levam à ação; a inserção da “ação” nos acontecimentos e as conseqüências provocadas pela ação. Os três aspectos imbuídos na mente do agente constituem o significado subjetivo. A análise dos três fatores pelo observador constitui a significação objetiva.

Então, depreende-se que Weber pretendia encontrar na “ação” as intenções, as “motivações” subjetivas e o contexto subjetivo de sentido para compreender o desenvolvimento das relações sociais (Idem, 55). É a sede em que ele vai efetivamente detectar o sentido é no sujeito da ação. Ela é compreendida através dele, portador de múltiplo sentido, que forma uma unidade, podendo ser esta homogênea ou contraditória (COHN, 1979:93).

No âmbito dessa contradição, relacionadas a sentidos, é que se verificam os paradoxos das conseqüências (FREUND, 1980:28) entre motivos e fins, em que raramente os resultados obtidos são conforme os pensados no momento antecedente à ação do agente. O que se atinge não é o que se esperava inicialmente. Mas, antes de percebermos o paradoxo das conseqüências, devemos passar pelo desenvolvimento da atividade social que é composta igualmente, segundo Freund (Ibidem, 68), pelas “intenções” que nela põe o ser humano, os “interesses” encontrados e o “sentido” diferente que lhe atribui no curso do tempo.

Para Weber, era necessário estabelecer a evidência como problema a ser resolvido da “ação social”. Então, ele classificou-a em quatro categorias, a saber:

“1) de ‘modo racional referente a fins’: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas

expectativas como 'condições' ou 'meios' para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) 'de modo racional referente a valores': pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) 'de modo afetivo, especialmente emocional': por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado". (WEBER, 1991:15).

A primeira forma de ação, “racional referente a fins”, avalia todas as condições a respeito dos meios, fins e possíveis conseqüências provenientes dela. Na verdade é apenas, no dizer Colliot-Thélène (1995:108), uma hipótese acadêmica, capaz de acompanhar o desenvolvimento da ação.

A segunda, “racional referente a valores”, se pauta apenas na convicção do agente sem preocupação com as conseqüências. Por exemplo, um indivíduo que se coloca à disposição de sua crença religiosa, ou ideologia política, vendo tão-somente sua ação como resultado do dever que lhe impõe e situa-se acima de tudo.

A terceira, “de modo afetivo”, se refere àquele que age por vingança, ódio ou qualquer atitude emocional sem sentido visado, ou seja, atual.

Por último, temos a atividade “de modo tradicional, que para Freund (1980,79), é um comportamento que “*consiste muitas vezes em uma conduta maquinal, por obediência inconsciente ao costume*”. Estes tipos de ações não se encontram de forma pura em sua ocorrência na realidade. São tipos ideais que foram produzidos para conduzir a pesquisa do investigador e assim compreender as ações do agente, que muitas vezes têm imbuído no seu comportamento mais de uma dessas categorias indissociáveis.

No pensamento weberiano, um conceito dá margem ao surgimento de novo conceito. Assim, da ação tradicional, possivelmente adveio a idéia de “costume”. Chama-se “costume” uma regularidade que toma o caráter de uma rotina ou de uma familiarização. Ele é uma regularidade que não está caracterizada pelo fato de não ser obrigatória e de não ser garantida por uma coerção externa, mas a observada livremente, por comodismo e “interesse” (WEBER, 1991:18; FREUND, 1980:93).

1.1.2 Relação Comunitária e Societária

As relações sociais podem se efetivar de forma comunitária ou societária. A primeira se refere à ação social unificadora que se fundamenta no *“sentido subjetivo dos participantes de pertencer”* a um mesmo grupo; a segunda se refere a um ajuste de interesses racionalmente motivados por fins ou valores. A relação comunitária se baseia em um sentimento de ordem tradicional ou afetivo podendo ser de caráter religioso, doméstico, erótico, étnico.

Entretanto, como vimos na definição de “relação social”, o que impregna caráter “comunitário” a este tipo de associação é a condição de indivíduos que delas participam possuírem um sentido subjetivo capaz de orientar sua ação pelo sentimento comum. Enquanto isso a “relação societária” tem como base um comportamento comum, proveniente das motivações racionais como associação para defesa dos interesses, ou agremiação ideológica, por exemplo, partido político (WEBER, 1991:25).

O próprio Weber salienta que todas as relações sociais têm caráter, em parte comunitária, em parte associativa (idem, 25), pois de alguma forma as relações sociais que nos interessam, ocorridas no âmbito familiar, na CEB e no

Partido Político, tanto possuem elemento de caráter afetivo ou tradicional, como de valores e finalidades racionais.

Os dois tipos de relações podem ser fechados ou abertos (idem, *ibidem*, 27)¹. Eles são fechados quando seus membros não fazem objeções à entrada de novos participantes, e abertos, quando em situação contrária. Apesar de a família e a CEB serem instituições que, para se reproduzirem, precisam de novos membros, há na família uma seleção desse membro conforme sua situação social e econômica. Na CEB e em outros grupos religiosos, existe uma tendência de um grupo mais veterano se manter fechado e não partilhar com os neófitos seu cotidiano, lazer, etc.

Há também, nas relações sociais, a “luta” entre seus componentes. A “luta” se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros (WEBER, 1991:23). A luta quando “pacífica”, não se traduz pela violência física efetiva, podendo chamar-se “concorrência”, que é a maneira formalmente pacífica de obter para si o poder com *“disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas”* (idem, 23).

Max Weber, ao tornar essas relações conceitos tipo-ideais, precisou exacerbar suas características para torná-las homogêneas e puras. Quiçá por isso, oponha “relação comunitária” a luta. *“A ‘relação comunitária’ constitui normalmente, por seu sentido visado, a mais radical antítese de ‘luta’”*. Enquanto as relações associativas, *“ao contrário, muitas vezes nada mais são do que compromissos entre interesses antagônicos, que eliminam apenas uma parte dos objetos ou meios em luta”* (WEBER, 1991:23).

No nosso entendimento, a partir dos elementos emergidos da análise empírica, é que uma característica da relação social, denominada por

¹ O caráter “aberto” e “fechado” que caracteriza as relações sociais podem ser variantes conforme Weber a descreve: o grau e os meios de regulação, fechamento para dentro e motivos (WEBER, 1991:27 e seguintes)

ele de luta, está compreendida também na relação social comunitária. Não são dois tipos diferentes e opostos de relações, mas são relações que se interpenetram. Em uma palavra há “luta pacífica” ou concorrência na comunidade.

O conceito de “luta” nos exige o enunciado de dominação e o poder em Weber. O poder significa

“Toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

“Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis, ‘disciplina’ é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma probabilidade indicável de pessoal, em virtude de atividades treinadas” (Weber, 1991:33).

Dai o poder é uma possibilidade que apenas se realiza enquanto produto de uma relação que passa a chamar-se dominação. Esta, por sua vez, efetiva-se na possibilidade de encontrar alguém que obedeça. Então, na sua produção de legitimidade, a dominação possui dois agentes distintos. Aquele que é dominador ou autoridade, de um lado, de outro o dominado, incumbido na relação de obedecer. Porém,

“O conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa dada situação” (Weber, 1991:33).

Em outras palavras, Weber chega próximo ao limite de admitir que todos são possuidores de poder e não só o dominador, mas isso ele remete à insuficiência e falta de rigorosidade do conceito de “poder”, porque, conforme a situação, a polaridade dominador-dominado poderia se inverter. A alternativa encontrada por ele foi ser rigoroso na elaboração do conceito de dominação que encontra efetivamente a presença de alguém mandando eficazmente em outros, mas sem a existência necessariamente de quadro administrativo (Weber, 1991:33-34).

Sem essa condição, a dominação está presente no cotidiano dos indivíduos, pois ela está disseminada em qualquer tipo de organização social em que se detecta a presença de um chefe, de uma autoridade. Portanto, ela se encontra na família, na escola, na Igreja, no partido político (idem, *ibidem*).²

À medida que Weber definia a dominação em termos de “probabilidade”, reconhece a submissão dos dominados face ao dominador e pretende que esta submissão seja voluntária. Como a vontade é uma ocorrência própria do ato de liberdade, a única vontade conferida ao dominado é a de transferir a sua vontade em função de quem o domina. A introjeção do conteúdo da ordem pelo dominado em máxima de conduta é a obediência, fundamental em qualquer “dominação legítima” (Saint-Pierre, 1994:134-5; Weber, 1991:140).

Da mesma forma, quando se afirma que as atitudes subjetivas dos indivíduos são orientadas pela crença em uma ordem legítima, correspondendo à vontade do dominante, coloca-se a relação de poder como algo estanque, de

² “O âmbito da influência com caráter de dominação sobre as relações sociais e os fenômenos culturais é muito mais do que à primeira vista. Por exemplo, é a “dominação” que se exerce na escola que se reflete nas formas de linguagem oral e escrita consideradas ortodoxas. (...) Mas a dominação exercida pelos pais e pela escola estende-se para muito além da influência sobre aqueles bens culturais (aparentemente apenas) formais até a formação do caráter dos jovens, e com isso, dos homens”. (WEBER, 1991:141)

um lado o detentor do poder, do outro o desprovido do poder, ou seja, dominador e dominado, como se o exercício do poder se efetivasse em sentido vertical, mantendo incólume à estrutura hierárquica. A priori, poderíamos corroborar com Weber, porém precisamos ir mais a fundo para saber o que se passa no âmago dessa relação e verificarmos o substrato que se oculta na obediência do dominado.

Podem existir várias significações para o ato de obedecer.³ A obediência pode configurar-se em uma estratégia do dominado que, em determinado momento, sujeita-se a essa condição porque as circunstâncias em que se encontra não lhe permitem outra alternativa. Aí, então, ela se apresenta como resistência. É necessário aceitar certos ditames da “ordem legítima”, porque não convém, em determinada situação, romper com a ordem, pois as conseqüências seriam bem mais adversas do que o período anterior comportava. Em outras palavras, nenhum indivíduo aceita peremptoriamente o papel de dominado.

Assim os animadores que têm ressalvas às ações pastorais do agente, ou qualquer outro procedimento seu, não aceita tacitamente. Mas expõe suas opiniões, rebate as posições contrárias as suas, levanta propostas diferentes, mesmo sabendo que elas serão derrotadas.

Não há passividade permanente de quem é dominado. Isto porque o indivíduo está “condenado” a conquistar a liberdade e toda relação de dominação fustiga e aniquila esse desejo.

Pela maneira como Weber enfoca a relação de dominação, conferia apenas ao dominador o papel de único agente histórico; o seu modelo teórico

³“A obediência de um indivíduo ou grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza e desamparo individuais”(WEBER, 1991:140)

não aceita uma “compreensão interpretativa” de uma rebelião das “massas” (Saint-Pierre, 1991:136).⁴

A concepção de dominação em Weber, poderíamos dizer que provém de duas vertentes: a influência de Nietzsche sobre ele (FLEISCHAMANN, 1977:161) e a que podemos conjecturar, do contexto familiar liberal.

Dessas determinações nos vem de Weber um apego pelo militarismo de origem prussiana como instrumento para resolver os problemas da política exterior imperialista. Acreditava que a política era violência, inclusive a democracia (VICENT, 1977). O exemplo disso são as animadoras de Nova Palmeira que assumiram cargos de vereadoras pelo P.T. e sentem desânimo por não verem os resultados do trabalho conforme o esforço que realizam. Elas são minoria. A democracia é o exercício do poder da “maioria” no âmbito da política institucional.

1.1.3 Tipos de Dominação

No capítulo III de “*Economia e Sociedade*”, Max Weber volta à questão da dominação para aprofundá-la. Inicialmente sua preocupação está em fazer ressalva aos motivos da obediência que, para ele, não reside nos fatores econômicos, mas pelo contrário, quando concernente a valores materiais, afetivos ou referentes a valores, resultaria numa relação relativamente instável (WEBER, 1991:139).

⁴ Nietzsche, na obra “*Além do Bem e do Mal*”, faz uma diferença entre quem domina e é dominado pelo sentido moral: “Numa perambulação pelas muitas morais. as mais finais e as mais grosseiras. que até agora dominaram e continuam dominando na terra. encontrei certos traços que regularmente retornam juntos e ligados entre si: até que finalmente se revelam dois tipos básicos, e uma diferença fundamental sobressaía. Há uma *moral dos senhores* e uma *moral de escravos*” ... (1996:172).

Portanto, pretendia vincular a relação de dominação à vigência da legitimidade que permeava os elementos envolvidos, a saber⁵: de caráter racional, tradicional, carismático. Vejamos cada uma delas.

A dominação racional ou legal baseia-se na crença na legitimidade das ordens estatuídas. Seu tipo mais puro pode ser encontrado na ordem burocrática. Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito, mas à regra, que estabelece a quem e a que se deve obedecer (Weber, 1979:128-9).

Quanto à dominação tradicional, baseada na crença da santidade das ordenações e dos poderes senhoriais existentes, seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal, em que a associação dominante é de caráter tipo comunitário. O tipo que ordena é o “senhor” e os que obedecem são os “súditos”. Obedece-se à pessoa em virtude da dignidade própria que está estabelecida pela tradição.

Já a “dominação carismática” ocorre em obediência ao senhor, devido às suas qualidades (carisma) e, principalmente, faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O carisma é algo relacionado com o extraordinário, o novo, e o arrebatamento provoca a devoção. O tipo de associação dominante é de caráter comunitário. O tipo que manda é o líder, o que obedece é o “apóstolo”. Ao contrário das outras dominações, obedece-se exclusivamente à pessoa do líder, por suas qualidades e não pela posição estatuída, nem pela dignidade tradicional, mas permanece até quando o carisma subsiste.

⁵ “O fato de que nenhum dos três tipos ideais, a serem examinados mais de perto no que segue, costuma existir historicamente em forma realmente “pura”, não deve impedir em ocasião alguma a fixação do conceito na forma mais pura possível” . (WEBER, 1991:141)

1.1.4 Os Agentes de Pastoral e os Animadores

O conceito de Agente Pastoral que utilizamos tem a aproximação de sentido atribuída por Novaes (1993) na condição de “agente externo” e também de Palmeira (1985) que o compreende como mediador que articula a comunidade com outras instâncias sociais. Embora considerando essas perspectivas, com base em nossa realidade, nós o compreendemos como agente aquele padre, religiosa ou leigo que desempenha a função de coordenar a pastoral de uma determinada área, setor ou zonal. São os que animam as comunidades, enquanto os Animadores são os que agem mais localmente, com uma relação mais densa e mais familiarizada.

Os animadores fazem parte do conjunto de pessoas que exercem serviço na comunidade. Desenvolvem trabalho na catequese, pastoral do batismo, liturgia, pastoral dos enfermos, alfabetização de adultos ou compromisso sócio-político. Às vezes assumem mais de uma tarefa, conforme suas inclinações e disponibilidade de tempo. São jovens estudantes ou desempregados, trabalhadores da roça, professoras e donas-de-casa.. Os estudiosos não têm dado a devida importância a este segmento, exceto Boff (1984) que publicou um diário de campanha missionária e dentro de uma linha pastoral.

1.1.5 Novos Movimentos Sociais e Teologia da Libertação

Scherer-Warren (1993) situa a década de 80, como o período em que a categoria “Movimento Social” é referência para os estudiosos da América-Latina de ciências humanas, de análises “mais intensivas de grupos específicos organizados, ou das identidades restritas”.

Foi a fase em que os intelectuais deixaram suas visões preconceituosas em relação à cultura popular - os funcionalistas e estruturalistas a viam como arcaica, os liberais como ilógica e irracional, e os marxistas como alienada. (idem, ib.17) - e começaram a valorizar os aspectos positivos de seu espontaneísmo, autenticidade e comunitarismo.

Nessa tendência, segundo a autora, há a substituição da categoria luta de classe por “sujeito popular”, ou “ator social”; como a de movimento social e/ou popular substitui a de classe. A mudança de paradigma representa uma mudança dos objetivos organizacionais que em vez de valorizar a tomada de poder revolucionariamente, pensa nas transformações substantivas processadas no cotidiano dos atores envolvidos.

Já a perspectiva acenada para a década de 90, era uma tomada de decisão para voltar-se para estudos que procurassem entender as condutas de crise, dos antimovimentos. É uma tentativa de compreender no Continente Latino-Americano como ocorre a exclusão, a pobreza crescente, a desordem e a escala de violência organizada.

Para esta corrente (idem:21) trata-se de “contrapor ao imobilismo das massas os espaços possíveis de mobilização, ao antimovimento ou condutas de crise, as novas formas de se movimentar ou de ações coletivas, e entender os significados políticos e culturais destas”.

Essa alternativa analítica sugere uma aproximação com os denominados Novos Movimentos Sociais que procuram enfatizar o primado da ação do sujeito frente ao papel das determinações dos processos objetivos. (Gohn, 1997).

1.2 Orientações Metodológicas

1.2.1 Descrição da Área Pesquisada

1.2.1.1 Pedra Lavrada

Situado na Microregião do Seridó Ocidental Paraibano, o município de Pedra Lavrada tem uma área de 393,4 km², limita-se ao norte com as cidades de Nova Palmeira e Picuí, ao sul com as de São Vicente do Seridó e Cuíbatí, ao leste com Cuité e ao oeste com o Estado do Rio Grande do Norte.

O Município de Pedra Lavrada recebeu esta denominação em virtude de existir, a 1 quilometro da cidade, a “pedra lavrada”, um grande bloco de granito onde encontram várias inscrições de procedência desconhecida, que os historiadores atribuem ser de origem indígena.

O antigo povoado, surgido no século XVIII em torno de uma capela, foi elevado à categoria de distrito a 14 de junho de 1890 e alcançou sua autonomia administrativa em 13 de janeiro de 1959, desmembrando-se da cidade de Picuí.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população do município contava com 6.292 mil habitantes em 1996. Os dados relativos ao Censo de 1991 mostram que a população é majoritariamente rural, com 4.721 nesta zona e 1.956 residentes na Zona Urbana, no total de 6.677.

Do ponto de vista econômico, a maior parte da população dedica suas atividades à agricultura de subsistência, principalmente, vindo depois a pecuária e a mineração. No perímetro urbano, onde predomina a atividade

comercial com pequenos estabelecimentos, seguida de setores de prestação de serviços e industrial, sendo o último praticamente inexistente.

No aspecto social, a educação em Pedra Lavrada conta apenas com 43,93% de sua população acima de cinco anos de idade, alfabetizada. Referente à saúde, existe 1 (um) Hospital de Unidade Mista, conveniado com o SUS, possuindo 30 leitos disponíveis. Na Zona Rural existem três postos de saúde, distribuídos nos distritos de Papa-Fina, Tanquinhos e Cumarus, que atendem as pessoas em casos de menor gravidade.

No município de Pedra Lavrada a Igreja está dividida em cinco comunidades na sede do município e seis (Comunidades Eclesiais de Base) na Zona Rural. Na Comunidade de Belo Monte ocorre o assentamento do Movimento dos Sem Terra, onde cinquenta e duas famílias estão acampadas. Em algumas existe a implantação do MEB (Movimento de Educação de Base) em que o serviço consiste na alfabetização de trabalhadores adultos. Algumas comunidades possuem membros que estão com militância mais acentuada no Partido dos Trabalhadores e atuação no PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e Pastoral da criança.

Ao todo, aproximadamente 360 pessoas compõem o conjunto de comunidades do município de Pedra Lavrada.

1.2.1.2 Nova Palmeira

Localiza-se na Microregião do Seridó Ocidental paraibano, tem uma área de 197,9 quilômetros quadrados, limita-se ao norte com o município de Picuí; ao sul pelo de Pedra Lavrada; a leste, pelos de Picuí, Pedra Lavrada e Cuité; a oeste, pelo Estado do Rio Grande do Norte.

O povoado teve início em 1880, com a implantação da fazenda Jerimum, no local onde fica edificada a cidade. O nome foi mudado por sugestão do prefeito de Picuí, município a que pertencia o povoado. Foram levadas pelo prefeito duas mudas da árvore e plantadas em local de destaque.

Por volta do ano de 1961, foi elevada à categoria de Distrito e, em 1963, à de Município, com território desmembrado do de Pedra Lavrada.

Os dados fornecidos pelo IBGE mostram que em 1996 a população do município era de 3.484 mil habitantes. Em 1991 chegava a 3.320, sendo 1.446 pertencentes à Zona Urbana e 1.874 à Rural.

Nova Palmeira tem sua base econômica fundada na produção agrícola de subsistência e pecuária, produção de minério e em uma pequena rede comercial.

As informações fornecidas pela Secretaria de Educação e Cultura dão conta da existência, em 1997, de duas escolas na Zona Urbana e vinte e cinco na Zona Rural. O número de alunos matriculados na primeira fase do primeiro grau (Pré-escolar a quarta série) chega ao total de 455, sendo 133 na zona urbana e 342 na zona rural. A porcentagem, segundo o Censo Demográfico de 1991 do IBGE, da população alfabetizada, acima de cinco anos de idade, é de 50,3%.

Em relação ao acesso à saúde, a população do Município dispõe de um Hospital Municipal com 25 leitos e um Centro de Saúde. A Zona Rural conta com dois postos de saúde nas fazendas Navios e Curujinha. Parte dos animadores está engajada no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e no Município já está organizado o Conselho Municipal de Saúde.

A Igreja local possui diferenças organizativas em relação à de Pedra Lavrada. Na Zona Urbana não existe a mesma subdivisão em setores ou comunidades, enquanto a Zona Rural tem apenas duas comunidades

organizadas, a de Porteiras e de Baixio. O que nos parece é que, em termos de organização, estamos diante de uma especificidade “da Igreja na base”, embora atuação política dos seus membros seja bem mais dinâmica do que a do município de Pedra Lavrada.

Na sede do Município, além das instituições tradicionais, existem outras de caráter popular, como o CENEP (Centro de Educação Popular) que é uma ONG (Organização Não-governamental), e o SIMPUC (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais). É válido salientar que a direção do CENEP, formado por três representantes da comunidade, está ligada à “Igreja na base” e uma delas é vereadora pelo Partido dos Trabalhadores.

1.2.2 À Procura de um Caminho

A pesquisa desenvolvida em Pedra Lavrada e Nova Palmeira, transcorreu entre os meses de setembro e dezembro de 1997.

Para termos acesso às informações e analisar a problemática proposta, recorreremos mais intensamente aos procedimentos da metodologia qualitativa, pois, segundo Haguette, “Enfatizam as especificidade de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (1987:63).

No início da investigação, a primeira iniciativa tomada foi relacionada às visitas ao campo de pesquisa, para se obter um quadro panorâmico do mesmo.

As visitas aos dois municípios praticamente ocorreram em todos os finais de semana. Durante o mês de setembro, fizemos apenas observações (Thiollent, 1985:32; Haguette, 1987:69)⁶ sobre o comportamento dos

⁶Thiollent estabelece uma diferença entre observação direta e indireta. Haguette já a percebe como, além de uma forma de coleta de informações, um instrumento de mudança social.

animadores entre si, deles com os participantes, e com os agentes. Escutávamos suas opiniões sobre rivalidades políticas locais e problemas existentes na cidade, tais como: número crescente de adolescentes grávidas, alcoolismo de jovens, etc.

Procuramos conviver com os animadores em diversos momentos da vida cotidiana. Frequentávamos suas casas, participávamos das celebrações, e conversávamos com eles informalmente. Estávamos presente nos aniversários e momentos de descontração que havia na praça, palhoça (dancing) ou em alguma casa. E como não poderia deixar de ser, nas reuniões da comunidade e festas religiosas.

O contato inicial nos possibilitou fazer a relação dos possíveis entrevistados, segundo critérios estabelecidos no projeto de pesquisa. O conhecimento prévio das comunidades com intuito de percebermos suas formas de organização e de trabalho, permitiu escolher os animadores e lideranças que pudessem fornecer informações às nossas pesquisas.

Nossa pretensão era que, através desses contatos, pudessemos criar um clima de confiabilidade com nossos futuros informantes, e assim, pelas suas falas, descobrirmos interesses, valores e motivações que justifiquem seus comportamentos e atitudes no interior da comunidade. Após as nossas visitas, participações em reuniões/encontros e conversas informais, anotamos “os fatos” mais importantes com base no que ficou registrado na memória.

Em outro momento, aqueles selecionados e dispostos a nos ajudar foram 27 pessoas⁷ de um universo de, segundo estimativas aproximadas, quatrocentas, compreendendo os animadores de comunidade das duas cidades⁸.

⁷Thiollent distingue vários tipos de entrevistas. A adotada por nós foi a entrevista semi-estruturada, “aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas” (1985:35).

⁸Estimativas dão conta que as CEBs representam 10% da população católica (BOFF. CI, apud. Thomé, 1994:11).

Os critérios que serviam de base para a realização das entrevistas foram os seguintes: primeiro, os membros que participam das CEBs e movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos; segundo, os que participam das CEBs e, eventualmente, dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos; por último, os que apenas participam das CEBs sem nenhum vínculo com partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos.

O nosso interesse com isso era de se traçar um quadro homogêneo (ser membro da CEB) com variáveis, analisar a participação dos membros das CEBs nos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, a partir da dinâmica interior das próprias CEBs.

Ainda assim, ampliamos os critérios iniciais estabelecidos e fizemos entrevistas com participantes, ex-animadores e agentes de pastoral.⁹ que já tinham atuado na região.

As nossas entrevistas atingiram um número de vinte e sete pessoas, sendo vinte e uma mulheres e seis homens. Dessas vinte e sete, seis eram apenas participantes. Em relação à situação familiar, havia nove casadas, dezesseis solteiras, uma viúva e uma separada. Portanto, somadas estas últimas, representam dois terços dos entrevistados sem vínculo matrimonial.

Quanto ao nível de escolaridade, vamos encontrar o seguinte: curso superior: duas pessoas; segundo grau completo: dez; segundo grau incompleto: uma; primeiro grau (1a a 4a série) completo: quatro; primeiro grau (1a a 4a série) incompleto: cinco. Em referência à população alfabetizada das duas cidades, o nível de escolaridade encontrado nas CEBs é tida como privilegiado, considerando que Nova Palmeira e Pedra Lavrada possuem um

⁹ Guy Michelat, sobre a escolha dos entrevistados afirma: "Numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilístico e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. É sobretudo importante escolher indivíduos os mais diversos possíveis". (1985:199).

índice de 49,7% e 56% de analfabetos respectivamente da população acima de cinco anos.

1.3 Conhecendo a Caatinga

Nós chegávamos à caatinga, onde estão localizadas as comunidades da zona rural de Pedra Lavrada, aproveitando as caronas do Agente de Pastoral (padre) que ia realizar celebrações eucarísticas.

Quando saímos em direção a uma dessas comunidades: Quicerengue, Papa-Fina, Cisplatina, Alto do Umbuzeiro, Angico Torto ou Canoa de Dentro. Partíamos de Soledade ou Pedra Lavrada., aproximadamente oito a nove horas da manhã, dependendo da distância da comunidade em que se realizava a primeira missa do dia. Às vezes, rodávamos de quarenta minutos a uma hora, para chegar ao destino. Estrada de chão, com trechos repletos de seixos, revezando-se com terrenos arenosos.

Era final do ano de 1997. A seca já estava patente na paisagem da região, de temperatura elevada, com chuvas escassas e forte déficit hídrico. Em determinados momentos, as plantações xerófila (palma) se exibiam com seu tom verdejante, distinguindo-se do restante da estepe arbustiva, cinzenta, sem vida. Os tabuleiros se mostravam nus, parecia um espectro de fome e sede, marcado pela ação do homem que indicava sua forte presença com queimadas, deixando as cicatrizes na face da terra. Nessas horas, vinham à nossa mente o poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, e as lembranças das músicas interpretadas por Luiz Gonzaga.

As encruzilhadas vicinais, um verdadeiro cipoal a nos confundir. Só quem bem conhece a região, não se perde no caminho.

Uma única vez alugamos um carro durante um dia da semana para visitar Papa-fina, Angico Torto e Canoa de Dentro. Mas, se todas as entrevistas e andadas pela caatinga tivessem que usar esse expediente, não teríamos condições financeiras para cobrir os gastos com aluguel de carro, que apesar de

ser relativamente barato, devido à desvalorização da mão-de-obra local¹⁰, somadas as viagens, chegariam a vultosas quantias em dinheiro, diante das nossas poucas possibilidades de pesquisador.

Tanto na cidade quanto na zona rural, os animadores me convidavam para fazer refeições em suas casas. Da mesma forma, era a dormida: quando não em Nova Palmeira, pernoitava na casa paroquial desabitada. Ali, dinheiro valia pouco na situação em que nos encontrava. Não havia hotel nem pousada.

Os entrevistados foram muito generosos nas respostas dadas, inclusive forneceram informações mais completas do que se supunha, fazendo com que praticamente se tivesse um capítulo analisando a relação entre família e comunidade (Cap. 3), no tocante às manifestações motivacionais, o que não estava previsto no projeto de pesquisa.

Cada animador respondeu conforme sua experiência de vida e comunitária, percepção da realidade, nível de saber, sua posição entre os animadores e agentes de pastoral e tempo de trabalho nos serviços eclesiais. Houve também aqueles, porém, de número reduzido, que responderam laconicamente: “Eu acho bom”. “É importante”. “Sei não”. Pierre Bourdieu (Apud Thiollent, 1985:80) sobreavisa ao investigador social para ele não perder de vistas as diferenças sociais inerentes à capacidade de falar dos indivíduos.

Pelo fato de nós irmos para as comunidades em companhia do padre, possivelmente pudesse passar a imagem interpretada pelo animador de que nós estivéssemos como se fosse amigo do padre ou a serviço da Igreja. Por isso, achamos por bem explicar aos entrevistados qual era o nosso papel, e

¹⁰ Uma diária nas cidades citadas, para tarefas na agricultura e pecuária, é de cinco reais. Já o aluguel do carro por um dia varia pelas condições do automóvel e amizade com o proprietário. A quantia mínima é de 35 reais.

dizíamos que as respostas quanto mais sinceras, ou seja, quanto mais correspondessem ao que ele pensava, trariam benefícios à comunidade, por ser nosso trabalho uma reflexão que abordaria a relação entre eles (animadores) e deles com o Agente de Pastoral. Pedíamos confiança e prometia que ninguém seria identificado. Em grande parte fomos atendido, tendo em vista a contundência das colocações de alguns e pela comoção sentida por outro, ao referir-se a lembranças desagradáveis da sua lida política e pastoral.

Uma animadora conhecida por seus “interesses” apenas sacramentais, tacitamente pode ser reconhecida pelos missionários e agentes de pastoral como “sem consciência crítica”, por não ter nenhum envolvimento com os movimentos sociais e sindicato e não compartilhar de suas visões do mundo. Todavia, esses animadores têm uma concepção crítica a respeito da postura de agentes de pastoral e missionários, não tenhamos dúvida nenhuma disso.

A primeira vez que travamos em contato com os membros de uma comunidade, eles perguntavam se éramos político. Uma pergunta compreensível durante um ano eleitoral. Muitos candidatos nesse período visitam a região para reafirmar seus compromissos com solução dos problemas da região, arregimentar lideranças para trabalhar a seu favor ou explicitamente pedindo voto e sorteando brindes em torneio de futebol amador. Não estranhamos tais atitudes tendo em vista os padrões de cultura política brasileira, mas o fato surpreende quando o candidato representa uma agremiação partidária como o P.T.

De outra feita, uma senhora de Canoa de Dentro me falou das dificuldades de armazenamento de água. Eu falei das experiências em outras

comunidades do projeto do PATAC¹¹ (Programa de Assistência Tecnológica Aplicada às Pequenas Comunidades, uma ONG) em sistema de rodízio de construção de cisternas de placas; a comunidade, através da associação, poderia providenciar a organização do sistema.

Em outra visita, um mês depois, fui almoçar na casa dela. Ela me perguntou se eu não tinha esquecido de “resolver aquele assunto”. Eu fiquei inicialmente sem entender. Depois que compreendi a que ela se referia, tentei explicar que era a comunidade, via associação, que deveria se mobilizar. O padre, que estava à minha frente, intercorreu a conversa e disse, numa tonalidade seca, que ela deveria procurar Do Carmo, de Pedra Lavrada, que ela tinha as informações necessárias. Não se falou mais nesse assunto em nenhuma outra ocasião.

Apesar desses desencontros iniciais, a respeito do nosso trabalho, sentimos que recebemos desse povo bem mais do que poderíamos oferecer-lhe. Não fui à procura de voto, não lhe dei bem material algum, mas dele recebi a amizade, o respeito, a consideração.

Entre os conceitos provenientes do pensamento de Max Weber, queríamos chamar a atenção para a importância da “motivação” em nossa análise. A “motivação” proporciona o “élan” para a “ação social”, determinando o sentido pelo qual esta se realiza.

Já nos tipos puros de dominação poderíamos associar a figura do agente de pastoral – padre a um tipo de dominação que mais se aproxima do tradicional. Pois a obediência à pessoa do padre está estabelecida pela força da tradição que lhe confere dignidade própria.

¹¹ PATAC é uma ONG que tem projetos na região. Atualmente investe na construção de cisternas para armazenagem d'água. O sistema de rodízio consiste na reunião de várias famílias: O PATAC financia uma cisterna, que vai sendo construída uma por uma, através de sorteio, cada família entra com o valor dos custos divididos pelo número dos participantes. No final o dinheiro retorna à ONG.

Enquanto isso a agente de pastoral – religiosa e o animador baseia sua dominação no “carisma” por força do qual suas qualidades o fazem uma liderança respeitada na comunidade. Pode ser pela sua abnegação na resolução dos problemas do grupo, pela coragem com que enfrenta os desafios e resiste às ameaças que a vitimam. Como é elemento estritamente pessoal pode sofrer alterações e até desaparecer.

As questões metodológicas nos levaram a entender o postulado Weberiano da “infinita” realidade. O campo de pesquisa se mostrou desafiador por sermos tentados a abraçar incontáveis caminhos, mas com muito esforço, tentamos nos acercar da problemática e questões que nos propusemos a “compreender”.

CAPÍTULO II

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO EM QUE SURGIRAM AS CEBs

Este capítulo está subdividido em cinco itens: O primeiro traça um esboço sobre a contextualização das CEBs na sociedade brasileira, do seu surgimento na década de 60 até à atual conjuntura nos anos 90. O segundo trata de fornecer elementos para um quadro panorâmico sobre os nove Encontros Intereclesial de Base ocorridos em várias regiões do país. O terceiro enfoca a preocupação da Igreja com questões do Campo no Brasil, no tocante aos conflitos agrários; o quarto trata da ação da Igreja na Diocese de Campina Grande e sua prioridade na formação das CEBs e, no campo político e social, a participação dos leigos nos movimentos sociais e partidos políticos, e o quinto e último capítulo traz questões relativas ao papel desempenhado pelos agente de pastoral nas CEBs.

2.1 Contexto Sócio-Econômico e Eclesial

Para nosso estudo uma análise sobre as CEBs torna-se necessário, no mínimo, traçar de forma esboçada a relação da Igreja com o conjunto da sociedade brasileira, pois as mudanças que se efetuaram no seio da instituição foi, em certa medida, a tentativa de adequação às mudanças ocorridas no país no aspecto social, econômico e político¹².

A nível de sociedade, os últimos cinco anos da década de 50 e os primeiros cinco de 60, representaram um profundo impacto sobre a vida do

¹² Este rápido esboço sobre a situação nacional e eclesial não tem a pretensão de ser exaustivo, mas apenas ressaltar pontos da realidade brasileira e eclesial com o propósito de forjar um pequeno quadro que permita a compreensão do surgimento das CEBs no Brasil.

também no esquecimento a que deixam submetidas as regiões carentes, juntamente com as promessas de resolução dos problemas na fase eleitoral. Apenas isso, mas também o sentimento de serem usados como instrumentos para grupos manterem o controle da administração do Estado, vale salientar, contra seus interesses, mas com seu consentimento.

É tanto que da crítica pertinente do ponto de vista ético dos animadores, concomitante sai a confirmação implícita de que colaboram com a situação, dada sua condição de eleitores, por se comportarem como elementos da barganha política. A frase “ *a gente tem muitos políticos que ajudam a gente assim...* ” mostra que os políticos oferecem benefícios com “interesse” de conquistar votos e que, por sua vez, os animadores aceitam e conhecem os motivos da oferta. O que eles não percebem é que a Igreja também, na sua especificidade, atua por “interesses” não tão espúrios e sem ética como a “ação” dos políticos de condutas aqui analisadas, mas por “interesses”.

Ainda tecendo comentário sobre a sua percepção sobre a diferença entre a Igreja e outras instâncias sociais, dois animadores chegam a declarações díspares. Ambos são amicíssimos, mas de cidades diferentes:

“Quando a gente faz parte de uma associação (...) você podia ter um envolvimento de todo o povo, e a pastoral a gente vê assim a coisa fechada... tudo bem que a gente tem trabalho pastoral, tem assim uma certas pessoas que se colocam à frente e fica uma coisa muito fechada”. (SEBASTIÃO-liturgia. nov/1997)

ou

“Mas lá [CENEP] a gente não pode expressar muito as idéias. Lá é mais fechado e grupo assim mais fechado, envolve só mais pessoas que tá lá dentro. É muito difícil trabalhar, é questão que cada pessoa é diferente. A gente vem de uma convivência, de um trabalho pastoral,

a gente já começa a ter coragem de dizer tudo àquelas pessoas devido ao tempo de trabalho. Nós [no CENEP] é mais difícil”.

(IDA- batismo. nov.1997)

Em consequência de estarem falando a partir de lugares diferentes, os animadores fazem o recorte de problemas que não são os mesmos no primeiro momento. A primeira fala está relacionada à diferença de participação entre a associação e a CEB, tanto do aspecto quantitativo quanto do aspecto qualitativo. Sob este aspecto, dá ênfase à concentração de tarefas por parte de “certas pessoas”, que terminam sendo as responsáveis pelo “fechamento” da CEB. Há reconhecimento da especificidade da atuação na esfera pastoral, mas termina apontando a monopolização dos serviços.

Na segunda fala, a comparação é entre o CENEP (Centro de Educação Popular), uma ONG organização não-governamental, e a CEB. E aí o termo “fechado” assume novas conotações. É a não liberdade de não se poder falar o que se pensa, “expressar muito as idéias”. O que não significa cercear o pensamento. É no sentido de se fazer referências críticas ao exercício de trabalho, à conduta pessoal que afeta os outros, em relacionamentos intersubjetivos. Aí a CEB ganha o estatuto de espaço de liberdade onde os indivíduos podem, pelo tempo de convivência, reprovar uma determinada “ação” de outro animador, sem querer dizer que seja aceita passivamente ou convertida em autocrítica. Pelo contrário, na maioria das vezes a sinceridade torna-se fator para criar animosidades e rivalidades entre animadores.

Ao referir-se aos amigos de trabalho da ONG, reconhece que “cada pessoa é diferente”. E aí, as pessoas das CEBs são “iguais”? Obviamente que não. Mas o “tempo de convivência” gera laços que dão

impressão de familiaridade, permitindo que se faça uso da palavra com franqueza.

3.3. Sentimento de Pertencimento dos Protagonistas

As mulheres casadas, com grande número de filhos, entram para realizar trabalhos comunitários apenas quando os filhos estão crescidos. As tarefas domésticas são empecilhos para elas saírem de casa:

“Porque eu tinha uma ‘cazuada’ de menino pequeno, aí o marido não deixava, foi duas guerras muito grande, uma em casa e outra fora que peguei para me libertar, para cuidar desse trabalho”. (ÁGATA. Catequista. out/1997)

Soma-se à responsabilidade da educação da prole, atividade culturalmente atribuída às mulheres, à resistência dos esposos em consentirem a saída de casa para participar de atividades na Igreja ou de outras reuniões. Em se tratando de população camponesa, existe uma forte tendência enraizada nos costumes sociais de prevalecer a vontade masculina sobre a feminina. Por sua vez, a mulher não é tão passiva e procura exigir uma atividade fora das prendas domésticas, o que se dá através de conflitos conjugais para o alcance desse direito. E pelo visto, elas obtêm êxitos a partir da quantidade maior de mulheres perfazendo a formação das CEBs.

A vida da mulher é monótona. Cozinhar para família, banhar as crianças, vestir para mandá-los à escola. Então sair desse espaço e ir para reuniões da CEB ou de sindicato representa sair da rotina, encontrar outras

mulheres com problemas parecidos, conversar, dividir preocupações, oferecer e receber solidariedade nas aflições que o dia-a-dia arruma de surpresa.

Leva-se certo tempo entre pensar em sair de casa para as reuniões e sair efetivamente. Se não os maridos, os filhos pequenos são barreiras intransponíveis na passagem da casa para a Igreja. Apenas crescidos, os mais novos já beirando a adolescência permitem a concessão da carta de alforria à mãe atormentada com tantas tarefas caseiras e ansiosa pela conquista da liberdade. Há casos em que, depois de muito atrito com os maridos, elas os convencem a acompanhá-las e participar também dos movimentos.

Mas fica aquele sentimento de que poderiam ter começado mais cedo *“eu despertei muito tarde, mas infelizmente só levei o tempo em criar filhos”*. E depois de dedicarem parte de suas vidas para organização do sindicato e crescimento da comunidade, não aceitam a idéia de parar porque aquilo tudo passou a ser indissociável de sua vida. Diante da possibilidade de se retirarem de cena, vêem como um pedaço da vida delas arrancado. Por outro lado, vêem-se obrigadas a confessar, na voz de uma delas: *“me sinto cansada”*³⁴.

Os laços entre essas pessoas e as CEBs na forma como expressam, aparentam uma consistência indelével:

“Eu não imagino mais minha vida fora de uma comunidade, porque, no momento que a gente participa de uma comunidade a gente encontra uma nova família e jamais eu conseguiria viver mais sem participar de uma comunidade e são todos esses trabalhos que eu faço e que me preenche, que me faz

³⁴CARDOSO(1993:69) ao tratar das mulheres que assumem papel de lideranças na comunidade ressalta uma atividade de representação coletiva que transpõe os limites baseado na relação de quem manda e obedece.

feliz". (BERNADETE. Coordenadora da Liturgia. out/1997).

Consideradas “de per si” as falas revelam um extremismo ao unirem os liames do indivíduo com a comunidade como uma questão de vida e morte. Todavia, procurando os significados que estão além das palavras, encontramos elementos que facilitam o processo de compreensão.

O animador de comunidade adere com paixão aos trabalhos, sem contenção de esforço concilia trabalho doméstico com profissional e do tempo que lhe sobra o emprega ao serviço da CEB. É um trabalho voluntário, com o qual acredita fazer o bem aos outros. O altruísmo é o “motivo” principal a responder pelo engajamento desses indivíduos, e quem o pratica se compraz em beneficiar aqueles que necessitam dos seus serviços, por ser gratuito, desinteressado e espontâneo³⁵.

Dependendo do estado de ânimo decorrente de sua relação com outros animadores ou agentes de pastoral, o animador pode manter seus vínculos sólidos com a comunidade, chegando a ponto de se fundir com ela: “*não, eu não sou eu, eu sou uma comunidade*”. É uma metáfora que designa uma inclinação para negar-se o “individualismo” e passar-se a ser um único ente, indivíduo-comunidade. É uma tendência aderente ao “espírito” comunitário sem restrições, no tocante a pensar e resolver problemas compartilhando com grupo a que pertence. É uma perspectiva unilateral, sem dúvida individual, isolada, que na prática não se efetiva pelos outros animadores ou agente de pastoral. Pelo menos, percebida nas reclamações de

³⁵Em relação ao projeto de uma Igreja que faz a opção pelos pobres Macedo afirma: “*Subjaz certo imaginário em que interesse se opõe a altruísmo, é e visto como sinônimo de egoísmo, coisas das trevas*”. A consequência dessa tensão pode ser o conflito latente entre interesses da comunidade e interesses do indivíduo (1992:212).

alguns animadores quanto à existência de concentração de atividades e centralização de decisões.

Nessa fala percebe-se uma euforia dos membros das CEBs em viver no espaço comunitário que tem suas potencialidades e seus limites. Os limites estão no fato de quando o animador ou o agente pastoral estar imbuído do espírito comunitário, tem maior dificuldades de administrar as diferenças. Há o risco, e é comum, de que a visão da parte sobrepuja a visão do todo, com a tendência de querer que tudo se comporte como a parte. Quando não existe a similitude pode haver a sensação, por parte do agente social, de fracasso do projeto mais global e de que as coisas não estão andando como deveriam.

Um exemplo disso foi a discussão no VI Encontro abordado no capítulo anterior, sobre estatuto eclesiológico das CEBs. Elas seriam um novo modo de ser Igreja ou o jeito novo de toda Igreja ser? (Apud. Teixeira. 1996:75).

No tocante à relação das CEBs com outras instâncias sociais, esse narcisismo social leva o membro da CEB a afirmação de suas ações como sendo mais corretas em detrimento das outras práticas, mesmo quando as evidências mostrem a incongruência dos comportamentos dos membros das CEBs com os princípios e valores compartilhados comunitariamente.

Também, por outro lado, existe a dificuldade de se conviver com as diferenças internamente. Apesar de os animadores terem afinidade com os trabalhos pastorais e isso os ligarem a comunidades, no dia a dia surgem queixas dos membros das CEBs entre si. Elas se originam de vários problemas; que vão da maneira divergente de pensar e agir, até a importância dada a determinados serviços, fazendo alguns animadores se sentirem mais importantes, outros menos.

No momento em que as relações são afetadas por motivos pessoais ou pastorais, a empatia com a comunidade entra em declínio. Os animadores pensam em desistir dos trabalhos e se sentem desanimados para continuar:

“Eu entrei na Pastoral do Batismo, mas não tinha acompanhamento [de agente pastoral], tinha muita crítica em cima do trabalho. Pessoas assim que participavam da Igreja, uma participação de vir e voltar para casa, sem... sem contribuir, simplesmente criticavam o trabalho e foi muito difícil de fazer. Quase eu jogava fora”. (BRÍGIDA, Pastoral da Saúde. out/1997)

As palavras dessa animadora mostram a dificuldade de posicionar-se indiferente ao coro das críticas. As pessoas, ao realizarem um trabalho, esperam reconhecimento e a satisfação dos que estão em seu meio.

A noção do que pode ser realizado dentro dos padrões qualitativos é produzida no contexto histórico-social em que já vem mergulhado o indivíduo, podendo sofrer modificações na contingência espaço-tempo e demasiado relativa concernente ao aqui e agora. Inacabada a ponto de conhecer-se o resultado de uma determinada “ação”, só depois de sua consecução, dependendo dos “fins” premeditados e atingidos mediante julgamento de valores estabelecido pelo nível de consenso social.

O julgamento recebido foi proveniente dos participantes, que por motivos desconhecidos, que não vem ao caso analisar, nesse momento, em reprovar o trabalho da animadora na pastoral do Batismo. Ela tenta atenuar o teor da crítica desclassificando-os pelo fato de não terem compromisso além da participação “de vir e voltar para casa”... sem contribuir. O engajamento daria suporte moral para essas pessoas fazerem a reclamação justa.

Daí apreende-se que os efeitos deletérios da crítica seriam mais contundentes, se partissem de outra animadora e mais ainda de um agente pastoral. Enquanto a do participante ficaria à mercê do endosso dos segmentos (animadores e agentes de pastoral) que representariam a censura completa da “ação” daquele animador ou da desconsideração por ambos quanto da posição dos participantes em relação ao animador – culminando com o reconhecimento do trabalho do animador e não a sua crítica como faziam os participantes.

Diante de posições opostas, a comunidade, podemos deduzir, encontrou uma solução que contemporizasse as duas situações extremas, podendo reconhecer falhas no trabalho do animador, mas assumindo também como suas e encontrando em virtude disso em outros motivos as causas das críticas recaídas sobre o animador.

Como também a fé, enquanto um elemento produzido socialmente, fica em determinados momentos suscetível ao conjunto de relações que os membros das CEBs mantêm entre si e ações que professam em palavras e atitudes.

Destarte, a fé do animador pode encontrar efervescência quando encontra correspondência entre o que prega e o que faz outro animador ou agente de pastoral. De outro modo entra em declínio quando o fazer não está em consonância com o dizer de ambos. Essas discrepâncias ressoam negativamente naquele que prega pela coerência e resguarda-se com cautela de ações desencontradas com as palavras, fazendo prevalecer princípios de ordem moral e religioso.

Em se tratando das CEBs, neste aspecto, a relevância de fé enquanto elemento retroalimentado coletivamente é bem mais acentuado, pois seu próprio fundamento através da tradição está baseado na comunidade. Isso significa dizer em uma palavra que a fé de um se sustenta na fé do outro. Na

CEB existe um projeto coletivo de pastoral em que os membros trabalham para pô-lo em prática; e aí a necessidade maior de ter sua fé a correspondência na fé do outro membro.

“Eu mesmo tenho tempos que venho celebrar mais por uma obrigação... e vou começar por mim, porque minha fé, sinceramente, está um pouco em baixa”.
(IDA-Batismo.nov.1997)

Mas, nem só de fé vive a comunidade. As afinidades entre os jovens os fazem formar espontaneamente grupos de amizades, que se reúnem para conversar.

Em Pedra Lavrada costuma-se ver as catequistas ainda adolescentes numa roda de amigas no coreto, da cidade, com outras que não fazem parte da comunidade. Essas animadoras mais novas ficam distantes do grupo das animadoras veteranas. São vistas apenas nos encontros de formação e nas reuniões.

Os animadores freqüentam como forma de lazer “a palhoça”, um salão de dança que, dependendo do dia, pode ter como atração um conjunto musical da cidade ou da região ou apenas “o som ligado”. Algumas vezes no ano, o show de banda de renome acontece no clube, atraindo boa parte da juventude da cidade. Em todas as situações o grupo de animadoras veteranas se mantém unido numa mesa. As novatas ficam em outra parte com as garotas que não pertencem à comunidade.

As relações informais, de amizade, tiram as pessoas do isolamento em que se encontram na cidade interiorana e a CEB sela o encontro desses indivíduos atomizados:

“Eu não tinha uma amizade, hoje que eu tenho com..., com..., com... com ninguém, dessas amizades que tenho hoje. Foi depois que eu entrei pra ajudar na comunidade”. (TURÍBIO-Participante . out 1997)

Essa fala é de uma participante com características especiais na relação com a CEB. Não é animador, mas devido a sua dedicação e fidelidade ao grupo é considerado como se fosse. É quem abre e fecha a Igreja para missa e celebração, mas não o consideram sacristão. Contam com ele para o trabalho pesado. Nas festas dos animadores é figura sempre presente. Na casa de uma animadora, líder bastante carismática da comunidade, para onde converge o grupo veterano e sempre ali está ele.

Por falar nisso, uma peculiaridade de Pedra Lavrada para Nova Palmeira. É a respeito de na primeira haver essa convergência de pessoas para casa da líder da comunidade. Todos se reúnem espontaneamente depois das missas ou reuniões. Dizem que “por lá ficamos à vontade”. Se conversa, contam-se piadas, episódios engraçados. Vive-se, por isso num clima de muita liberdade.

Em Nova Palmeira, apesar de também os animadores falarem em centralização de trabalho, não existe essa convergência para a casa de uma animadora nas horas de diletantismo.

As animadoras nos momentos de lazer não se encontram como em Pedra Lavrada. Depois da missa há uma dispersão de todos. Fica mais unido o grupo da liturgia que se aproxima de um grupo mais jovem, a maioria parentes, e por isso recentemente entraram para os serviços por influência.

Tanto em Nova Palmeira, como em Pedra Lavrada, o grupo de animadoras adolescentes não se autodenominam de animadoras de CEB. Talvez não chegou o tempo de refletirem sobre o seu serviço, nem sobre o que

os seus trabalhos representam. Ao contrário, a animadora veterana se intitula animadora e já possui uma compreensão sobre as implicações dos trabalhos que desenvolve, também pela sua compreensão nomeia os outros membros de animadores ou não.

Perguntado a uma animadora sobre se um certo senhor era animador, ela respondeu que não. “Ele era o ministro da Eucaristia”. Possuía um trabalho pastoral, estava presente nas missas, mas não era considerado pela “animadora veterana” como animador. Então pelo visto os critérios para classificar alguém como animador na comunidade são bastante fluídos quando considerados o cotidiano da comunidade, os laços de amizade, a empatia e o grau de confiança que une os membros da comunidade. Estes sim são fatores determinantes, mais do que a função em si mesma.

Contudo, no decorrer do tempo, as pessoas vão percebendo seu crescimento individual e pastoral com significativas mudanças em suas vidas:

“Porque antes as pessoas me achavam antipática, né? Eu acho que as pessoas achavam e hoje não. Porque eu quebrei muito esse tabu, eu não sou antipática, porque cada um tem o seu jeito de ser, né? Isso antes... eu era mais fechada, não era muito de conversar com as pessoas e hoje... eu sou, eu me abri mais.” (JOANA - liturgia .out.1997)

Aqui há uma atribuição à entrada na comunidade às mudanças que ocorreram com ela. Entrou ainda adolescente, fase na sociedade ocidental considerada período de transformação biológica e de formação da personalidade. Para ela, o trabalho na comunidade alterou seu comportamento

de tímido para mais sociável, e adotou-a de senso de responsabilidade que antes de assumir os serviços não o tinha³⁶.

À medida que o nível de engajamento da animadora aumenta, se dá conta da necessidade de adquirir novos conhecimentos para melhor desempenho de suas tarefas e que o próprio aprendizado recebido na época em que era participante não fora suficiente:

“Eu comecei me preparando para poder preparar o pessoal, comecei a entender que antes eu não sabia o que era o batismo. Que eu também tinha sido batizada, mas não sabia o que era...” (BRÍGIDA- PASTORAL DA SAÚDE. out. 1997)

O reconhecimento das deficiências leva as pessoas a se prepararem e exigirem mais curso de formação para sanarem as lacunas do saber sobre os serviços que realizam e a realidade onde vivem³⁷.

Outras sentem as modificações ocorridas na compreensão da função da Igreja, a partir de um certo instante em que se entrosa com propostas pastorais da diocese e aceitam como as mais corretas. Na primeira reunião em Pedra Lavrada, os Agentes de Pastoral (Pe. Ambrósio e Irmã Graça) perguntaram o que os animadores esperavam. Eles retrucaram que queriam *“missa todo sábado, domingo, missa de sétimo dia e trinta dias, corpo presente... muita celebração, a Igreja cheia e tudo quanto fosse convidar. Podia ser político, fazendeiro”* (PERPÉTUA. Equipe de Formação. out/1997).

³⁶Margaret Meat estudando a organização familiar em Samoa constatou que diferente da adolescência ocidental naquela sociedade não havia uma fase intermediária entre a infância e a fase adulta (Apud. Lusch. Ib:100).

³⁷Cardoso (1993:84-89) analisa a formação dos animadores da Diocese de Guarabira. Uma das preocupações dos agentes de pastoral era como fornecer uma formação, sem elitizar os líderes, nem distanciá-los das bases.

A justificativa era que a paróquia era muito pobre e necessitava arrecadar dinheiro para manter os serviços em dias. A postura venal da Igreja quanto aos serviços era comum na Idade Média e uma mentalidade atual na ação de muitos clérigos. Entretanto, não era condizente com os planos delineados pela Diocese naquele momento.

Continuando, segundo a depoente, com os encontros de formação, passaram a “se dar conta do erro que cometeram” e “caíram na realidade”, pensam hoje que aquele pensamento foi uma “falta de consciência”.

Se aquela intenção foi uma falta de consciência, como eles não pensam da mesma maneira, então agora são conscientes. É desse modo que um grupo mais antigo da cidade de Pedra Lavrada e Nova Palmeira se percebe, na convivência com os poucos animadores recém-chegados à própria comunidade e principalmente com pessoas de outras comunidades de cidades consideradas por eles e agentes de pastorais, pouco afeitas às atividades políticas e sociais.

Um agente de pastoral diria que, graças ao seu trabalho, se não fosse modesto, que houve a constatação de um “crescimento” ao longo da “caminhada”. Na verdade, podemos ver que o trabalho realizado trouxe mudanças, mas no sentido em que aquele animador passou a se adequar aos novos valores introduzidos na comunidade e que antes eram diferentes dos postos pelo pároco anterior, que era um padre, mas não considerado agente de pastoral.

Até o momento, vimos que a “ação” dos animadores nos aspectos tratados aqui se direciona por motivações diferenciadas, mas encontram as CEBs como elemento catalisador. Como atua no âmbito das esferas política e religiosa, a articulação de ambas é o objeto da nossa análise mais adiante.

CAPÍTULO IV

4. OS PODERES DOS ANIMADORES E DOS AGENTES DE PASTORAIS

Em um primeiro momento do presente capítulo, vamos acompanhar o processo de formação de uma comunidade e concomitante o nascimento das relações que se estabelecem entre agente de pastoral (padre e religiosa) e o animador de Comunidade Eclesial de Base.

Nessa mesma linha, no segundo momento, abordaremos as “lutas” entre esses dois segmentos que surgem no cotidiano da comunidade em vista dos exercícios do poder. Por último, a participação de decisão na comunidade através dos respectivos agentes.

4.1. Os Agentes e a Comunidade

A CEB é uma organização social que vai se estruturando a partir da “ação” de um Agente de Pastoral. Nos casos de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, a fundação da CEB coube, pelo que pudemos apreender, das entrevistas, do trabalho da Irmã Graça, do Pe. Ambrósio, pároco nomeado em 1987 e mais dois estagiários da Diocese, Inácio e Paulo, que formavam a equipe de agentes de pastoral responsável pela área³⁸.

A Irmã Graça, pela forma como os animadores a ela se referem, deu grande contribuição à organização dos trabalhos pastorais nas referidas

³⁸Uma especificidade das CEBs na América Latina é sua vinculação com a hierarquia que estimula seu crescimento. Ao contrário do que ocorreu com as chamadas comunidades de base na Europa e nos Estados Unidos que as viram surgir com insatisfação, distanciamento e propensas a rupturas para com a Igreja Institucional (Apud. Azevedo, 1986:4).

Em um dos múltiplos movimentos, o natal dos jovens ligados à pastoral da região sul de São Paulo, que contribuíram para o nascimento de CEBs na periferia da capital paulista, é narrado por Sader (1988:146-147).

D. Luis Fernandes assinala as variadas circunstâncias que pode ocasionar a organização de uma CEB: luta popular, capela tradicional, Novena de Natal e reflexão bíblica. (1984:11-20).

idades. Alguns animadores entraram para serviços na CEB devido ao convite, muitas vezes, insistente que lhes fazia.

“Eu fui como quase forçada, né? Foi como vários convites que eu aceitei. Pensava que não tinha jeito, né? Aí, com muito tempo de convite eu aceitei... com, meio até forçada, mas graças a Deus eu tô gostando”
(RITA- Pastoral dos Enfermos. out/1997)

A maneira como a depoente descreve o convite feito pela religiosa, pode nos dar a impressão que ela foi obrigada a aceitar a ser animadora. Mas o que ocorreu foi uma série de convites feitos reiteradas vezes. O animador, alegando diversos motivos para não participar da CEB, tenta convencer ao Agente de Pastoral que não está apta a assumir responsabilidade de qualquer serviço. Essa posição inicial de rejeitar o convite pode ser considerada uma “ação” que compreende diversas causas. São alegadas falta de tempo, em virtude da ocupação com tarefas domésticas, não aceitação do esposo, ou indisposição de personalidade, como timidez, para atuar como animadora.

Entretanto, a persistência da religiosa foi tão grande que Rita pensou que o único “jeito” era atender ao apelo para trabalhar como catequista. A Irmã Graça quem a conheceu, descreve seu temperamento como uma pessoa bastante dinâmica, de uma alegria contagiante, muita habilidade para lidar com o povo e capacidade de organização. Essas características são importantes para um Agente de Pastoral adentrar em uma região, sem praticamente nenhuma tradição de organização de base. E são esses elementos, vistos isoladamente por um animador aqui, outro ali, que dão consistência à formação de um “carisma”.

Nas primeiras tentativas, a agente tem seu pedido negado. Mas não desanima. Volta a fazer visitas, convida para reuniões, elogia as qualidades da pessoa: “ *Ela disse que eu tinha jeito para lidar com criança na catequese, foi através dela que eu me engajei*”, diz uma animadora.

A formação da CEB é algo que se processa lentamente e desemboca numa relação afetiva envolvendo o animador, o agente e os demais membros da comunidade. Pela descrição do início da relação, podemos perceber um descrédito do animador no trabalho que para ela não está bem claro sobre o que vem a ser. Os “fins” podem estar bem delineados para o agente. Para o animador é uma incógnita a respeito do processo e objetivos a serem alcançados. O medo, como fator proveniente da “ação afetiva”, por desconhecimento do porvir faz o animador recalcitrante em aceitar imediatamente o apelo.

Ainda quanto a isso, entendemos que a rejeição inicial analisada acima se deve a questões pertinentes a escrúpulos. Trabalhar pela Igreja, pode-se pensar, requer uma conduta moral irrepreensível que está além das suas condições. Então, para evitar críticas e comentários das “outras pessoas” é preferível não assumir nenhum compromisso mais sério com a Igreja. Lembramos aqui a pesquisa de Macedo sobre CEB e sexualidade(1992:87). Ela analisa a identidade dos membros das CEBs, em que as solteiras e as casadas mais novas são consideradas no próprio grupo e no bairro como “santinhas”.

A Agente de Pastoral também recebe reconhecimento dos animadores pela sua capacidade de criar serviços e organizar. Uma animadora enfatiza bem a atuação da Religiosa: “*Pouco tempo que ela passou aqui surgiu muitas coisas na comunidade que a gente não conhecia*”. (VERIDIANA-Batismo. out/1997).

O fato de “surgir muitas coisas” dá a impressão que a animadora vê a Agente de Pastoral como organizadora da CEB, e isto com muito sentido. A religiosa inserida nas comunidades dá uma contribuição significativa na vida e dinamismo comunitário. Possui um trabalho que envolve o cotidiano das pessoas, quer sejam animadoras ou não. Está enraizada na conturbada e difícil vida das mulheres pobres. Esta situação é propiciada por serem mulheres e escolherem como seu lugar de moradia os arrabaldes de uma pequena cidade interiorana.

Com isso fazem visitas, conversam com as pessoas sobre os diversos problemas enfrentados pelas famílias, convidam os jovens para assumir trabalhos pastorais. Dessa relação surgem laços de amizade que continuam mesmo depois dessa agente ser transferida para outra cidade ou país. Quando as distâncias são grandes, se comunicam através de cartas. Possivelmente não voltam a se encontrar.

Quando a animadora faz referência ao período em que a religiosa passou na comunidade: “Pouco tempo que ela passou aqui”, reporta-se à qualidade do trabalho desempenhado. Com a saída da agente percebe-se a queda no dinamismo da comunidade descrita pela animadora antes e depois da sua passagem pela CEB. É um trabalho que deixa de ser realizado que articula a vida cotidiana do animador com uma instituição, a Igreja.

Enquanto isso, a relação do agente, padre, é bem diferente. É marcada por um grau exacerbado de impessoalidade. Seu comparecimento às comunidades é apenas para officiar a missa ou fazer batizados. Depois de sua obrigação sacramental, volta para cidade onde reside, Soledade, que dista cerca de 60 quilômetros de distância das cidades de Pedra Lavrada e Nova Palmeira. Nas comunidades rurais, o contato que este estabelece com os animadores é de

alguns minutos antes da celebração litúrgica, ou um encontro esporádico de formação durante uma manhã de domingo³⁹.

O poder do padre advém preponderantemente da relação que ele tem com a Igreja, baseada em vínculos transcendentais, sua autoridade é justificada por um poder sagrado, ao receber o sacramento da Ordem. Por isso, para as funções específicas de sacerdotes, tais como a administração dos sacramentos, apenas o padre possui incumbência legitimada. Mas a sacralização do ofício religioso, nos termos tratados aqui, recebe a corroboração do conjunto dos fiéis formando uma relação social através da reciprocidade de intenções e interesses. Durante a celebração eucarística, a Igreja fica repleta de fiéis. Quando existe apenas a celebração, sem a presença do padre, é pequena a quantidade de pessoas que comparecem: *“Todo mundo quer celebração dominical, mas a participação é pouca... só quando tem missa é que tem muita gente”*⁴⁰. (ROQUE -Ministro da Eucaristia. dez/1997).

Os fiéis defendem a existência de celebração, mas não comparecem. O poder estatuído do padre exerce uma atração sobre o conjunto dos católicos que comparecem à missa por este poder que o distingue dos demais. Os gestos solenes que ao leigo não compete fazer e o vestuário, a batina, o separam do restante dos membros da Igreja, o próprio ato de consagrar com imposição de mãos, transubstanciando o pão e o vinho em corpo e sangue, representando o sacrifício de Cristo para salvar a humanidade dos

³⁹Em recente artigo, Godoy faz uma reflexão sobre a problemática das relações dos presbíteros, sendo esse “um grupo dos mais difíceis de tratamento devido ao componente dominante do seu processo formativo: o racionalismo. Em geral, o clero crê ser capaz de resolver todos os seus problemas de maneira racional”. (1998:27).

⁴⁰Ivo Lesbaupin, em relação às diferenças de poder entre a hierarquia e o leigo, diz: “Porque, embora, de fato, o poder agora esteja repartido com os leigos - nas dioceses que assumiram as CEBs -, o poder continua em última instância, juridicamente - na lei, na estrutura da Igreja, o padre ainda é o responsável, perante o bispo por aquela região (chamemo-la paróquia); Os leigos ainda não podem celebrar a Eucaristia, só o padre. Em nível da diocese, igualmente: hoje, os leigos participam das decisões através das Assembléias Diocesanas e outros instrumentos de participação. (1997:118).

pecados, culmina a diferenciação. Assim o poder estatuído do padre é constituído de pequenas e grandes diferenças dos fiéis.

A relação geral dos padres com os fiéis é caracterizada por essas diferenças. E o lugar onde ambos se encontram é o espaço da celebração eucarística. Todavia, ao descermos ao nível da relação para um espaço micro, onde as relações se efetivam entre animador e padre, teremos outros aspectos além daqueles para serem analisados, e os espaços também são outros, como a casa do animador, as reuniões, os encontros de formação.

Entretanto, temos que ficar atentos para a heterogeneidade do animador, não só em termos de função que este exerce na comunidade, mas para elementos que se afiguram no ato de ele relacionar-se com o padre. Há animadores que estão mais próximos do padre pelo tempo que pertencem à comunidade, pelas tarefas que executam, pela experiência adquirida. Esses fatores dão margem para que esses animadores tenham relações mais coesas, reforçadas pela reciprocidade de ações de propósitos, e de interesses com o agente.

Por isso esses animadores adquirem funções de coordenação nas suas comunidades, exercendo uma liderança no seu interior e sendo mediadores entre a comunidade e outras instâncias sociais como associação, sindicato, partido político.

A animadora recebe atribuições de liderança em sua comunidade por seu "carisma" e pela confirmação do "poder estatutário", ou seja, do padre. Daí ela tem condições de assumir tarefas que estão além daquelas exigidas por sua comunidade, e passar à condição de coordenadora de reuniões em outras comunidades, que seria uma função de Agente de Pastoral. Porém, não se considera como tal. Uma animadora que se inscreve nessas condições define na sua compreensão o agente: *"Agentes que a gente fala são chamados os*

padres, as irmãs”. Um pouco mais adiante a mesma animadora afirma que, em determinadas situações, se encarrega de tarefas própria do agente: “Às vezes o padre é quem marca aquela reunião para ir, e quando o padre não vai, quando a gente chega ninguém pergunta, porque não foi o padre?” (PERPÉTUA-Coordenação Equipe de Formação. out/1997).

Por que a animadora apenas considera como agente o padre e irmã? No transcorrer da entrevista, ela certifica que não é pela função que estes exercem, porque em certas circunstâncias, ela também tem o mesmo trabalho. Temos aí o padre, a religiosa e o animador. Três tipos que se inserem nos trabalhos pastorais de maneira diferenciada. O padre adquire a posição de agente pelo fato de ser padre e pelo apoio que dá ao desenvolvimento da pastoral.

Tanto o padre como a religiosa são elementos da comunidade que possuem vínculos inextricáveis com a Igreja, transcendendo portanto, as “relações” meramente humanas. Só que uma diferença separa ambos dentro da estrutura de poder no interior da Igreja. O padre é sacerdote, função intermediária entre Deus e os homens que lhe atribuem prerrogativas nos ritos e celebrações.

Já os vínculos da religiosa se efetivam pelos votos de obediência, pobreza e castidade. Não possui a mesma posição na estrutura hierárquica da Igreja. Algumas até fazem questão de se considerarem como leigas consagradas, sem pertencerem à hierarquia. Essas diferenças tomam conotações relevantes na relação desses indivíduos com os membros da comunidade.

Diferenças outras entre animadores e agente de pastoral aparecem mais nítidas nas relações do cotidiano. A mesma animadora assinala algumas delas:

“Eles acham que o padre sabe tudo, e o que eles falam acham que tão errado, acham que o padre é muito sabido, que ele está ali mais pra transmitir, não pra ouvir, só pra levar, só ele que entende, tem que saber, saber tudo...”

Uma parcela considerável dos habitantes da zona rural, aí também entram os animadores, devido, em parte à baixa escolaridade, tem uma visão mítica sobre quem teve oportunidade de atingir um grau de estudo considerado superior. Essa atitude os leva a relegar à insignificância o próprio saber proveniente da experiência e aprendizagem forjados no cotidiano. Em se tratando do padre, esse comportamento é mais acentuado, pois acrescenta-se o respeito. Segundo Perpétua:

“A própria questão do respeito, né? Porque eles acham que o padre é uma autoridade que merece, até as colocações tem que pensar muito, como é que dizer, o que é que vai falar”.

O padre se reveste, além de “ser muito sabido”, de uma áurea de respeitabilidade que impede as pessoas que não estão muito próximas dele, principalmente os animadores novatos, de manterem diálogo em nível de igualdade. Daí provém o respeito pela autoridade. Ninguém fala espontaneamente, previamente pensa que o que se dirá não vai ser aceito, ou rechaçado com veemência. Então o respeito é resultado do medo, que se estabelece nessa circunstância através de “ação afetiva” do animador para com o Agente de Pastoral.

Portanto, pela diferença existente entre agentes de pastoral – padre e religiosa -, e animadores, verificamos que o aspecto mais característico é a relação estabelecida pelo poder conferida desigualmente, em vários níveis a

cada um deles. O que nos leva a afirmar que as relações entre os membros das CEBs, agentes e animadores são “injustas”, pois baseada em uma correlação de forças desiguais⁴¹.

4.2. – A Centralização e o Poder dos Animadores

Para Weber, a comunidade é antítese da luta. Pelo menos isto seria o ideal dos seus membros, ou seja, que as relações fossem harmoniosas. Houvesse divergências, mas por motivos banais que não redundassem em contendas inconciliáveis. Acontece que os membros das CEBs, devido a motivos diferentes pelos quais entram na comunidade e interesses que fazem com que permaneçam nela, apesar de não ser a pretensão, acabam por engendrar conflitos que extrapolam o ideário de unidade comunitário. Ou o próprio conflito pode ser uma alternativa para a manutenção da unidade, quando as partes envolvidas são animadores e agentes de pastoral, com intuito de excluir ou pelo menos diminuir o poder de influência recíproco.

Esse talvez tenha sido o motivo que tenha levado Graça, uma Agente de Pastoral, a entrar em desentendimento com Lúcia, uma animadora na época da cidade de Nova Palmeira. Segundo Lúcia, um grupo de pessoas, incluindo ela, fundou o CENEP (Centro de Educação Popular) e estava

⁴¹Tomamos como fundamento para esta interpretação o sentido original, atribuído por Nietzsche, ao termo justiça: “a justiça (equidade) tem sua origem entre aqueles que tem potência mais ou menos igual, como Tucídes (no terrível diálogo entre os enviados ateniense e mélias) o concebem corretamente: onde não há nenhuma supremacia claramente reconhecível e um combate se tornaria um inconsequente dano mútuo, surge o pensamento de se entender e negociar sobre as pretensões de ambos os lados: o caráter da troca é o caráter inicial da justiça. Cada um contenta o outro, na mediada em que cada um obtém o que estima mais do que o outro. Dá-se a cada um o que ele quer, como doravante seu, e se recebe em compensação o que se deseja. Justiça é, portanto, retribuição e intercâmbio, sob a pressuposição de uma posição mais ou menos igual de potência; assim a vingança pertence originalmente ao domínio da justiça, ela é intercâmbio. Assim também a gratidão”. (1996:78)

contando com ajuda da agente para colaborar com o desenvolvimento dos trabalhos no centro.

Mas a iniciativa da religiosa não foi a esperada. Ela terminou fundando um outro grupo, o CEDIVIMUC (Centro de Direito à Vida das Mulheres do Curimataú), em Cubati:

“Ela começou a formar um grupo de mulheres, fundou um centro e ligou, telefonou para cá dizendo pras pessoas, convidarem as pessoas daqui da Igreja “dizendo pra pessoas que não me convidassem para ir pra essa reunião de jeito nenhum é... que não me convidassem”. Eu como era de um centro de mulheres que tava sendo fundado, eu tinha a maior vontade de ajudar, de contribuir para que fosse fundado o centro. (LÚCIA- vereadora. dez/1997)

Fundar um grupo indica um relativo grau de liderança que Lúcia exercia na comunidade e ao mesmo tempo uma autonomia frente à Igreja. Toda liderança possui uma independência, mesmo que relativa, para fazer valer sua vontade com possibilidade de ser obedecida.

Não convidar Lúcia a participar de nova organização das mulheres representou confiná-la ao isolamento e diminuir sua força. Como regularmente a “relação” da agente com a animadora é demasiado “injusta”, pois exercem poderes desiguais, por estarem em posições diferenciadas, nessa situação, a ação da agente demonstra, em não convidar a animadora, que seus “poderes” estavam no patamar da equanimidade.

Lúcia tinha um trabalho na comunidade que remontava à década de setenta. A irmã Graça chega no final dos anos oitenta. A animadora pelo trabalho e tempo dedicado à comunidade, já tinha se consolidado como

liderança. Para explicar o desentendimento, Lúcia diz que foi “questão de inveja, de competição”.

A inveja supõe olhar para algo ou alguém com perspectiva de negatividade, isto no sentido etimológico da palavra. Na concepção que Lúcia a emprega, é um sentimento de desgosto que Graça tem por ela, pela posição que alcançou como líder. Quando exacerbado, leva a intenções de desejo de inibir o crescimento e a destruição dos meios de acesso ao êxito do invejado.

A “competição” ou luta pacífica como assinalados no capítulo I, por sua vez, faz-nos entender que ambas tinham o mesmos objetivos. *“Não sei se ela tinha o objetivo de fundar uma coisa [assim como o CENEP] e não conseguiu”*, diz Lúcia. E apenas compete quem possui condições idênticas para atingir o almejado. O que nos faz compreender que as duas estavam disputando em relação “justa”.

Lúcia, ao referir-se ao propósito, é bastante clara, “tinha a maior vontade de ajudar, de contribuir”. É uma ação condizente com a ética cristã, que teria como resultado, a prática do bem comum de forma desinteressada. Mas, atuando com essas intenções não-egoístas, pode estar a vontade de dominar, de ver sua ajuda ser aceita e transformada em resultados concretos, enfim deixar a marca de sua individualidade, nas organizações em que participa⁴².

Não querer que Lúcia participasse da reunião foi a tentativa da Agente de Pastoral colocá-la em seu devido lugar, para que esta reconhecesse

⁴²É impossível anular nas pessoas a individualidade em suas relações e funções com as instituições, mesmo tratando de interesses coletivos. Nietzsche (1996 :155) questionava a existência do todo, seja Estado, nação, irmandade ou comunidade, pelo qual o indivíduo se extingiria: *“(…) Parece agora que faz bem a todos ouvir dizer que a sociedade está em vias de adaptar o indivíduo às necessidades gerais e que a “felicidade e ao mesmo o sacrifício do indivíduo” consistem em sentir-se como um membro e instrumento útil do todo: só que no presente ainda se oscila muito sobre onde esse todo deve ser procurado, se em um Estado vigente ou ser fundado, ou na nação ou em uma irmandade de povos ou novas pequenas comunidades econômicas (...)”*.

sua posição de animadora e se tornasse a “relação injusta” entre duas partes, consistindo na afirmação de sua preponderância.

Podemos ver com isso que o animador, mesmo não pertencendo ao quadro da hierarquia como o agente padre, nem vinculado por laços sagrados à Igreja, como a agente religiosa, exerce também o poder. É o que percebe Tereza, uma animadora de Nova Palmeira, que inclusive já atuou como Agente de Pastoral leiga na Diocese:

“(...) Eu fico observando o seguinte: que entre os animadores ocorre o risco de aqueles que estão mais à frente da coisa, que tão assumindo mais de perto, então vão correndo o risco de ter de se encher muito de poder e de repente e querer abaixar os outros que tão... Isso acontece muitas vezes, a pessoa nem percebe, nem percebe, mas você tá bem acima e abaixa quem tá mais embaixo. (...) Você tem um pouco de poder, então você corre o risco de tá na linha de frente, então abafa quem tá atrás”. (TEREZA, Liturgia, dez/97)

Essa observação atenta para a problemática do poder por parte daquelas que se constituem lideranças na comunidade, indicado como os que “estão mais à frente da coisa”. Esses indivíduos forjam seu espaço através da dedicação, “carisma” e esforço.

Em Nova Palmeira, uma líder da comunidade ocupa-se de dez funções: ela faz parte da liturgia, catequese, finanças, representante de Nova Palmeira no Conselho Pastoral do SERICAR e do zonal, coordenação do zonal, missionária, coordenação da liturgia, representante da Igreja no PROJET e Conselho de Saúde.

Através do trabalho, o animador vai galgando os degraus, adquire confiança dos outros membros e assume posições relevantes dentro da

comunidade como a função de coordenação. Por um lado, é uma conquista pessoal, as funções que ele paulatinamente assume, mas, por outro, estas são concedidas pelos outros animadores com o consentimento do Agente de Pastoral⁴³.

O poder se estabelece em conjunto com os animadores, e quem o exerce o faz sob a delegação destes, mesmo que o seu exercício, muitas vezes, ocorra sobre a vontade de quem o delegou. Essa dinâmica do poder surge pela relação que o constitui e dela se torna inseparável, e no caso do poder conferido ao animador, é controlado com êxito, porque em se tratando de relações existentes na Igreja, está submetido às normas e tradições institucionais. O poder de um leigo estará sempre aquém do poder de um padre e de um bispo. Todavia não podemos ver o poder pelo aspecto da negatividade, pois ela é apenas uma das suas formas entre outras.

A entrevistada está se referindo no caso, apenas ao aspecto de como o poder aparece em sua forma autoritária, tirânica, de “querer baixar os outros e abafar quem tá atrás”. Tereza vê a “ação” da liderança como atitude de exclusão expressa nos verbos “baixar” e “abafar”, e logo acrescenta ser uma atitude de primazia em detrimento dos demais, pois estes estão “atrás”. E isto vai de encontro à ética cristã que reza em um dos princípios evangélicos “que os últimos serão os primeiros”.

Fazemos daí duas deduções. Primeira, a liderança e a vontade de dominar já eram um problema nas primeiras comunidades cristãs, porque o próprio anúncio da regra estabelecida pelo fundador do Cristianismo denota

⁴³Sobre o poder existente por parte dos animadores, Lesbaupin também reconhece a centralização do poder na CEB: “A afirmação sobre o caráter democrático do processo de tomada de decisões nas CEBs não significa ausência de procedimentos autoritários por parte de algumas coordenadoras/animadores, nem tampouco que todos os Conelhos Comunitários sejam democráticos. Conhecem-se conselhos que se perpetuam da direção da comunidade e não querem largar. Há lugares onde não efetivamente rodízio entre animadores tornando-se coordenação praticamente vitalício. (ibidem:111)

uma preocupação da disputa sobre quem vai ser o primeiro ou quem “está à frente”. E a segunda é que a realidade é bem mais dinâmica e na sua vivência os indivíduos chegam a esquecer preceitos e éticas ou se encontram impossibilitados de pô-los em prática, mesmo que dele tenham a mais sincera convicção.

O ato de “abaixar e abafar” os outros não é uma prática premeditada e plena de conhecimento da parte do agente: “às vezes a pessoa nem percebe”. Não é uma atitude deliberada e sem motivo. À medida que o poder acumula-se em torno do animador, por mais imperceptível que seja o seu dano, no momento inicial, concomitante ou posteriormente, advém uma reação de outros indivíduos. Esta reação é que torna transparente a extrapolação do poder dentro do limite compartilhado e aceito por todos.

O não reconhecimento pelo animador do protesto de alguns, por ser minoria, e por isso não possuir representação ou receber apoio tácito do agente de pastoral é que gera a negatividade no poder. O fato de não recuar é que se considera excesso de poder e isso Juliana denomina centralização em Pedra Lavrada:

“Tem pessoa que quer centralizar (...) infelizmente ela tem todo o apoio do nosso padre... infelizmente e como eu tava falando antes, eu tava conversando com uma das animadoras e ela também vê esse mesmo ponto. E eu dizendo para ela que eu não me omito e ela omitiu (...) Aí ela disse que realmente encontrava a mesma dificuldade, que ela já... principalmente ela que já faz muito tempo que é animadora, mas que infelizmente tava se sentindo impedida de desenvolver o trabalho como ela realmente queria, porque sempre tem alguém que centraliza. (JULIANA-Trabalho com Jovens, dez/1997)

Dessa fala a centralização vem como elemento com sentido semelhante àquele a que se referia Tereza. Mas com a declaração, percebemos novos viés de como um mesmo problema pode ser visto de diversas maneiras, e expresso de formas diferentes.

Para Tereza “ficar à frente” é uma posição de “liderança” que em si mesma é necessária para os trabalhos comunitários. Na primeira acepção, o termo “abafar” tem um sentido em que o indivíduo “abafado” é passivo, sofre a pressão sem que lhe deixem a oportunidade de emergir enquanto indivíduo.

Já com Juliana, a expressão “se sentido impedida” tem outra conotação. O indivíduo tem uma “ação”, o trabalho, mas é interdito. Entretanto, como vimos, a concepção de ação social em Weber até mesmo “um não fazer nada” constitui uma ação. Então, nos dois casos, tanto quem é “abafado”, passivo, como quem se sente impedido, coibido, como quem abafa e é coibidor, são sujeitos da ação.

A confidente de Juliana não é apenas a parte dominada da relação. Ela tem seus “interesses” e também quer exercer sua vontade de poder através “*do desenvolvimento do trabalho como ela realmente queria*”. O tipo de trabalho pode ser mais ou menos nobre, desinteressado, altruísta do que aquele realizado por aquela animadora considerada centralizadora. Mas, de qualquer maneira com certa dose de individualidade e vontade de poder.

Da mesma forma, quem se omitir diante do fato considerado por Tereza e Juliana como prejudicial à comunidade, ou da centralização de outra animadora, tem a mesma preponderância e destaque na ação. A “ação” de omitir, seja por medo de retaliação, afastamento da comunidade, é um assentimento que reforça a relação de dominação.

Os motivos da omissão, sejam lá quais forem nos certificam que as relações entre animadores também não são “justas”. Pois, se assim fossem, não

haveria necessidade de omissão. Um ponto de vista do qual podemos partir para explicar as desigualdades nas relações entre animadores, é fornecido por Juliana: “... ela tem todo apoio do nosso padre”.

Talvez esse apoio seja decisivo para a manutenção da relação “injusta” entre animadores. Pois, pelas razões apresentadas anteriormente, o apoio do padre é decisivo. E agora somos obrigados a nos perguntar por que o padre confere esse apoio a animador em detrimento de outros.

Primeiramente, temos que considerar que o padre é parte de uma Diocese que possui um plano de pastoral que os mais comprometidos com este tentam executar. Talvez encontre nesses animadores centralizadores a “obediência” suficiente para confiar determinadas funções que precisam ser bem executadas e assim estejam atuando conforme o plano pastoral.

Essa confiança está por sua vez relacionada com a dedicação que este tem na comunidade, pelo esforço e problemas que assume. O padre como agente tem muitas comunidades às quais não pode assegurar assistência como queria e deveria. Porque é a ausência do Agente de Pastoral que propicia a centralização das funções e decisões nas mãos de um único animador, e contraditoriamente, essa mesma ausência é transferência de certo poder do agente ao animador. A falta de contato com a comunidade, por impossibilidade devida à grande quantidade de paróquias em que atua, o faz necessitar de um membro com quem ele estabelece vínculos mais estreitos e, através dele, atingi a comunidade.

4.3. O Processo de Decisão nas CEBs

A maior parte dos animadores reconhece que o trabalho pertencente ao agente é imprescindível para a “caminhada” de uma comunidade. Vimos

anteriormente sobre a atividade da agente-religiosa motivando membros da localidade para formação da comunidade. Porém, quanto à atribuição de importância pelo animador, a figura do agente-padre avulta consideravelmente:

“O povo ainda confia muito no padre, principalmente quando é prá começar algum trabalho, quando é prá começar uma comunidade, a gente ainda vê que precisa da presença do padre que é considerado o pastor do rebanho”. (PERPÉTUA; Coordenadora. set.1997).

Há uma forte relação entre a importância atribuída pelo povo ao agente de pastoral padre e a aquela atribuída ao animador. É difícil separar pela declaração da animadora o que é do povo e o que é dela mesma. Ocorre uma cumplicidade entre as duas opiniões. É como se a posição da animadora fosse apenas reflexo da do “povo”.

Na realidade, o fato é que, sem padre, não se forma comunidade, mesmo sabendo que por trás dessa importância atribuída ao padre, houve o trabalho desenvolvido pela agente religiosa e a concorrência decisiva dos animadores.

O que ela denomina questão de confiança, pode ser mais devido à atribuição do padre que unifica o poder estatutário e tradicional proveniente de sua relação com a Instituição responsável pelos bens sagrados.

Também há uma divisão entre dominado e dominador, ao reconhecer o padre como “pastor do rebanho”. O pastor tem a missão de guiar, orientar, alimentar, prender no aprisco. As ovelhas tão somente recebem a “ação” passivamente. Isto não passa de uma metáfora para designar o poder em fases estanques e unilaterais de quem exerce e sofre a vontade de potência.

Nietzsche em “A Gala Ciência” atribuía à religião a renúncia de vontade de mando:

“A crença é sempre desejada com máxima avidez, é mais urgentemente necessária onde falta vontade: pois é a vontade, como emoção de mando, o sinal distintivo de autodomínio e força. Isto é, quanto menos alguém sabe mandar, mais avidamente deseja alguém que mande, que mande com rigor, um Deus, um príncipe, uma classe, um médico, um confessor, um dogma, uma consciência partidária. De onde talvez se pudesse concluir que as duas religiões universais, o Budismo e o Cristianismo, poderiam ter sido a razão de seu surgimento, sobretudo de sua súbita propagação, em um descomunal adoecimento da vontade.(...) Onde um homem chega à convicção fundamental de que é preciso que mandem nele, ele se torna “crente”, (...) (1996 :199).

Poderia ser considerada para Nietzsche a relação do pastor com o rebanho uma dominação caracterizada pela subordinação do grupo à vontade do líder que impõe sua vontade. Então, a missão de Zarathustra seria dizimar a legião de seguidores:

“Uma luz se acendeu para mim: não é ao povo que deve falar Zarathustra, mas a companheiros! Não deve Zarathustra tornar-se pastor e cão de um rebanho. Desgarrar muitos do rebanho - foi para isso que eu vim, devem vociferar contra mim povo e rebanho: rapinante quer chamar-se Zarathustra para os pastores”(NIETZSCHE, 1996,212)

Seria esta a solução para o conflito de dominação: a inexistência de quem mande e obedece. Entretanto, o ato de mandar é uma tarefa difícil, que exige seu preço de quem domina: É responsável por quem está subordinado e arisca a si mesmo.

“(...) mandar é mais difícil que obedecer. E Não apenas porque aquele que manda carrega o fardo de todos os que obedecem, e facilmente esse fardo o esmaga:- Apareceu-me uma tentativa e um risco em

todo mandar: e, sempre que manda, o vivente arisca a si próprio no mandar”.

Além disso, a vontade de mandar é inerente à própria vida do indivíduo independente da posição que se encontre na relação, mandando ou obedecendo, e o que é mais sério é que a vontade de potência é uma força maior que a vontade de viver, sendo, portanto uma negação da própria vida.

“Onde encontrei vida, ali encontrei vontade de potência; e até mesmo na vontade daquele que serve encontrei vontade de ser senhor.

“(…) somente, onde há vida, há também vontade: mas não vontade de vida, e sim - assim vos ensino - vontade de potência!

Muito para o vivente, é estimado mais alto do que o próprio viver; mas na própria estimativa fala: - a vontade de potência!”. (idem.Ibidem, 222-23).

Almeida, em estudo da CNBB, sobre participação dos leigos na Igreja, reconhece a impossibilidade de renunciar ao poder:

“Ninguém escapa ao exercício do poder e da autoridade. Nenhuma instituição. Não podemos como Igreja, querer reduzir o poder a uma categoria afetiva de relação interpessoais. É categoria operativa, pertencente a essência do agir humano”. (1986:61).

Entretanto como instituição religiosa o poder que ela assume tem uma especificidade que a difere em seu exercício de outras instituições com dimensões exclusivamente temporais:

“O poder, em todas as suas dimensões, é exercido na construção da solidariedade. O poder também é carisma, é dom. Ele se torna pecado, quando é

exercido para oprimir e dominar, mas é graça, quando cria solidariedade e participação”.
(PEGORARO, *Ibidem*. 42).

É uma concepção de poder da Igreja que, pelo menos em suas intenções, procura ser serviço e que elimina toda e qualquer vestígio de dominação. Aqui o problema não é o poder, mas a forma como ele é exercido.

Na realidade os indivíduos exercem seu poder dinamicamente. Ora os transfere a outro, ora, os retém conforme suas posições.

De qualquer modo se não tanto o poder, mas a função de agente de pastoral é vista pelos animadores como indispensável:

“(...) Porque é de uma certa maneira ele como padre, também é responsável pela caminhada na comunidade, né, pela formação... é tantas outras coisas, eu acho que na comunidade ela não pode caminhar, ela caminha mas ela não pode caminhar... sem ajuda também de um agente pastoral”.(BERNADETE, Coordenadora, set/1997)

Depois da criação da comunidade o agente continua responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos, organização das equipes de serviços, e formação dos animadores. A animadora descarta a existência da própria comunidade sem a presença do agente. Entretanto, hesita quanto a isto. Talvez porque, pense, sem a sua colaboração também a comunidade não “caminha”. A animadora faz também a comunidade “caminhar”. Mas, ao voltar sua reflexão sobre a importância do agente, admite que o seu trabalho é fundamental.

Por saber da importância do padre, os animadores atribuem à sua ausência a pouca participação e dinamismo na CEB:

"Se ele atuasse mais, né! seria melhor, envolvia mais a comunidade porque você sabia que hoje em dia, a gente sabe que num é ser, a gente nem quer ser, né. O padre não tá lá, não tem missa, tem o que? Celebração. Aí o que tem padre não, ah! Eu não vou lá não, não tem padre, né? Existe muito isso. Eu num sei lá se na comunidade de vocês é assim?" (VERIDIANA-Equipe de Liturgia. 1997)

Do modo explícito a Veridiana reivindica o mais acentuado comparecimento da pessoa do padre. Com sua presença havia maior envolvimento na comunidade e frequência dos católicos nas missas. Veridiana lembra da época em que a comunidade contava com dois estagiários, agentes de pastoral, atuando nos trabalhos pastorais. "A comunidade era 'ótima", afirma ela.

Também revela compreender as dificuldades que apenas um agente encontra para dar a devida assistência a comunidade: "se ele tivesse mais tempo. É muita paróquia prá ele cuidar".

O agente de pastoral, padre, de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, tem mais outras cidades para responder como padre. São os municípios de Soledade, Olivedos, Cubati. A população dessas cidades assomadas chega a quarenta e nove mil, cento e cinquenta habitantes.

A ausência do agente permite a comunidade a encontrar solução para os problemas enfrentados no dia-a-dia. Assim, as decisões são tomadas coletivamente, as vezes sem a participação do padre, que raras vezes toma a decisão:

"Ele pouco toma decisão sozinho... E ninguém toma decisão sozinho. Tem um conselho da Igreja... não o conselho mesmo senta, eu num dizendo que a presença dele, a, presença de [padre] aqui é muito afastada, é, ele vem celebrar... Combina com ele, ele também tem

que saber. Não pode ser surpresa é tudo combinado". (VERIDIANA, Liturgia, set/1997)

Pelo teor da declaração percebemos que a comunidade tem uma autonomia para decidir questões relevantes da vida comunitária. O conselho formado por representantes dos vários serviços, se reúne, discute a questão pela qual foi convocada a reunião, e escolhe a melhor proposta para resolver o problema. Mas seja o que for aceito pelo conselho passará pelo crivo do agente antes de ser posto em prática.

Essa é a visão quase homogênea dos animadores ao que diz respeito as decisões na comunidade. Todavia encontramos vozes discordantes que em sua minoria encontra motivos para questionar nas decisões assembleístas, problemas em suas maneiras de encaminhar as resoluções:

"(...) Nós somos provas de que os animadores iam se sentir excluídos dentro da comunidade, foi preciso chegar época de festa aí os animadores decidem como fazer, mais assim aquela "elitizinha" lá.

"(...) Que deveria ser com todos os animadores mais se eles decidem primeiro depois coloca as propostas prá nós. Quando as coisas já vem, já tá tudo. O padre assina embaixo, porque já vem dele porque tá junto com aquele grupinho".

(SEBASTIÃO- Coordenação, out./1997)

O animador põe em questão pontos que precisam ser analisados. As decisões para ele não faz em parte da rotina da comunidade. Só no período preparativo da festa de padroeira, é que os animadores tomam parte da decisão. Ainda assim apenas "aquela elitizinha" e não o conjunto de animadores.

Para Sebastião as decisões são tomadas primeiramente por um número restrito de animadores, que ele chama de “elitizinha”, juntamente com o agente. O restante dos animadores são comunicados da decisão apenas para referendar, tendo a impressão que deliberaram, assumindo como suas as propostas. lançadas na reunião.

Outra animadora ao se referir ao processo de decisão na comunidade faz o seguinte comentário:

”A experiência que eu percebia era que quando tinha um reunião que era pra ser decidido alguma coisa importante aí os agentes, os agentes planejavam entre si, e já vinham com as idéias prontas, aí jogavam e sensibilizavam o povo e tá muito bom, tá certo e assim aí as idéias dos agentes ficavam”.(TEREZA-Crisma, dez/1997)

Aqui Tereza se reporta a um período que na comunidade havia um número maior de agentes e as reuniões era preparadas sem a participação de animadores. Ao contrário da fala anterior de Sebastião que se refere ao momento atual em que existe apenas um agente de pastoral, o padre, e as reuniões são preparadas com este pequeno número de animadores que ele denomina de “elitizinha”.

Isto acontecia e acontece porque as decisões na comunidade devem estar de acordo com interesses dos agentes fincados em um projeto pastoral, elaborado em forma de plano para nortear os principais trabalhos da CEB tais como evangelização, compromisso sócio-político, liturgia, etc. Esse é elaborado com a participação de representantes de animadores e agente pastoral, que parte da comunidade, passando pelo zonal até chegar ao nível diocesano, mais precisamente na Assembléia diocesana.

Pelas falas dos animadores podemos compreender que a comunidade decide, mas nem tudo. Existe pela discrepâncias das posições que a autonomia da comunidade é relativa e depende nos momentos decisivos da ação do agente de pastoral. Ele atua dirimindo divergência internas da comunidade sobre os encaminhamentos pastorais, com a finalidade das perspectivas colimarem para a consecução de um projeto em comum.⁴⁴

Também temos que admitir que um projeto aponta apenas para possíveis linhas de ação em termos gerais. As lacunas, ou seja, as partes indefinidas são bem mais largas do que as definições, deixando uma margem de imprevisibilidade que deverá ser ocupada pela prática do agente, livre de normas e regras estabelecidas previamente.

Então, vimos que a criação das CEBs é uma iniciativa dos agentes de pastoral que se insere, no caso das religiosas, no cotidiano da população e começam a motivar as pessoas que estão em seu raio de ação a assumirem trabalho nas pastorais. As relações entre os dois segmentos são marcadas pelas diferenças que cada um apresenta em forma de poder. Por sua vez a atribuição de poder conferida pela a Igreja aos elementos que constituem a comunidade repercute no processo de tomada de decisão.

⁴⁴Oliveira (1997:155) Explicita o caráter necessário da articulação entre a Igreja e a comunidade realizada pelo agente pastoral: "*No exercício de sua função legitimadora e atuando nas instâncias intermediárias de articulação e decisões, estes [agentes pastorais] evitam que a tendência à auto-suficiência "basista" venha a transformar cada CEB numa pequenina Igreja independente*".

CAPÍTULO V

5. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ANIMADORES

Nestes três itens que formam este capítulo, há uma análise sobre como se diversifica a participação dos membros das CEBs na esfera do partido político, Conselho de Saúde e Associação. O primeiro, se refere a como as esferas de política e fé se articulam a partir dos valores da Teologia da Libertação e das concepções dos animadores que nem sempre coincidem a respeito dessa articulação.

O segundo item traça uma trajetória do Partido dos Trabalhadores em Nova Palmeira e Pedra Lavrada, tomando como referência a trajetória individual das lideranças das duas cidades.

O último item reporta-se à ação dos animadores da comunidade e suas participações nos conselhos de Saúde e Associações.

5.1. Entre a Cruz e a Espada

A partir de 1987, os agentes de pastoral começaram a organizar os católicos de Nova Palmeira e de Pedra Lavrada em CEBs.

Os cursos de formação, incluindo estudos bíblicos, da realidade (história das sociedades, problemas sociais⁴⁵) possibilitaram a muitos animadores uma posição cristã condizente com os princípios da Teologia da Libertação. É observável, em suas percepções sobre o meio em que vivem, uma associação espontânea entre fé e visão política da realidade da qual resulta uma “ação” condenatória das injustiças sociais existentes:

⁴⁵Assembléia Diocesana de 1989 teve como orientação o destaque do compromisso sócio-transformador como fator importante na ação do cristão.

“Eu acho que cada um de nós que temos nosso trabalho na Igreja, tem que ingressar nesses trabalhos... [partido político, sindicato] porque “a fé sem ação é morta”. Se a gente vai pra a Igreja rezar, louvar, agradecer a Deus pela fé, pela saúde e dizer que está aqui o nosso serviço de Deus. Jesus, quando andou pelo mundo, ele não só rezava, ensinava a rezar, mas ensinava a pessoa a se libertar, né, da doença, da, da escravidão, né? Então, eu acho que nós como católico, nós deve ser assim, nós incentivar as pessoas pra trabalhar, pra se libertar.

Libertar de quê? Dessa tristeza que está aqui no Brasil, né? Porque a libertação do Brasil, se houve foi no papel, mas até aqui eu num tô, eu num tô achando que ninguém é libertado, não. O povo todo morrendo sem um salário, com fome, com sede. Isso é libertação?

É..., A gente num sabe que tem riqueza no Brasil e a riqueza foi feita só prá tá na mão de um, e o outro morrendo de fome. Eu acho que Deus é o maior contra quem tem isso, porque quando ele deu abundância foi pra todos, pão em todas as mesas. Não, na mesa do seu Fulano porque é rico e o pobre porque é pobre tá morrendo de fome”. (ÁGATA - Catequista e Sindicalista. out/1997)

Na fala da entrevistada, a fé aparece como “motivação” principal para ela descortinar a “ação”, entendida como participação de sindicato, partido político. Ela cita uma frase bíblica de São Tiago, “A fé sem as obras é morta”⁴⁶, significando a fé elemento com sentido de ser, pelas atitudes concretas dos indivíduos.

Há a conciliação entre uma perspectiva contemplativa de fé (rezar, louvar, etc), e uma perspectiva de intervenção direta na realidade social

⁴⁶ Este versículo que era usado pela Igreja Católica para justificar a prática da caridade e assistencialismo da Pastoral Tradicional ainda continua sendo mote para o grupo “conservador”. Hoje, pode ser entendido como motivação evangélica para práticas da Teologia da Libertação. Epístola de São Tiago (Cap.2. vers 14-17).

procurada na erradicação da “escravidão”, que adquire conotações de representar o pobre, como setor de uma estratificação social desigual e como “dominado” nas relações de poder, sendo atingido por isso, pela fome, sede e falta de salário. Na sua visão, o pobre, o escravizado, é realçado mais pela acepção da parte desfavorecida das relações sociais do que pela visão de luta de classe.

Ela não sabe como, mas percebe um mecanismo produzindo a concentração da riqueza no país, alocando recurso em “mãos de um”, enquanto “os outros” estão na condição de despossuídos. Essa situação social desigual é vista pelo animador contrário à vontade de Deus.

Nas CEBs, a Bíblia tem um papel central nas reuniões. Em todos os eventos, sempre se lê uma passagem do Evangelho e se reflete acerca das opiniões dos participantes e, terminando com a palavra do animador que sempre faz uma comparação sobre a atitude de Jesus baseado numa determinada situação bíblica e aquela que deveria ser a ação dos cristãos atualmente.

“Acho que Bíblia é uma fonte de inspiração muito grande pra gente, onde a gente vê a vida de Jesus Cristo, a atuação de Jesus Cristo e vê a nossa atuação hoje”. (BERNADETE- Coordenação Liturgia. out/1997).

Sem dúvida, a TdL possibilitou o acesso das populações pobres católicas à leitura bíblica, no sentido de refletirem sobre a realidade em que se encontravam. Leonardo Boff, referindo-se à atitude de conhecimento bíblico na Igreja, tomando como parte de sua análise os acontecimentos presenciados no VI Interclesial, em Trindade (GO), afirmou:

"A Bíblia hoje é o grande livro das CEBs. Não é o catecismo nem um documento qualquer da Igreja, nem mesmo a Teologia da Libertação (profissional). Trata-se da 'mensagem fundadora' do cristianismo. Impressiona ver o amor entrando e o alto apreço com que o povo humilde se refere à Palavra de Deus. Essa palavra é sempre lida a partir da vida. Aí está toda inteira a 'nova hermenêutica' bíblica: o confronto com a realidade. A Bíblia assim deixa de ser um fetiche para se tornar o que é: fonte de vida e de liberdade". (BOFF, apud ROLIM, 1992:45).

Um novo modo de ser Igreja⁴⁷, que concomitante é a concretização da Teologia da Libertação e também temática de sua reflexão teológica, vem trazendo uma reinvenção na maneira de ler as escrituras cristãs. Como essas releituras evangélicas tomam como ponto de partida a situação opressora em que está imerso o membro das comunidades, suscita uma oposição da ala "conservadora" da Igreja. Este setor eclesial tem como argumento a utilização da análise das ciências sociais, diga-se marxista, por esses teólogos⁴⁸.

No entender de Leonardo Boff (Apud ROLIM, 1992:26-27), um dos expoentes da TdL no Brasil, *"a teologia é discurso específico sobre a realidade social, econômica, política, teológico-cultural. Ela vê essa realidade a partir do Evangelho, a partir da Palavra de Deus. Para ela poder realizar essa perspectiva, precisa decodificar o texto social a partir das ciências sociais. A teologia da libertação se faz com uma palavra segunda, a*

⁴⁷O VI Encontro de 1986 trouxe uma discussão sobre o "estatuto eclesiológico das CEBs". um novo modo de ser Igreja ou um jeito novo de toda a Igreja ser. Dom Luís Fernandes, bispo de Campina Grande - PB, optou por essa última expressão. Ver TEIXEIRA(1996:75).

⁴⁸Francisco C. ROLIM (1992) traz em artigo uma confrontação entre os teólogos da Libertação e seus opositores, no tocante a determinados conceitos provenientes das ciências sociais, tais como luta de classe e relações sociais de produção. Essa era a temática que norteavam as discussões sobre a Teologia da Libertação.

palavra da fé, articulada com uma palavra primeira, que são as ciências sociais”.

A fé é a motivação geradora da reflexão tanto do teólogo (profissional) como do membro da comunidade. É o esteio que dá sustentação às práticas sociais e políticas. As ciências sociais entram como mediação entre a fé e a realidade adversa produzindo um conhecimento a negar essa realidade voltada à superação dessa de modo a produzir utopicamente⁴⁹ uma outra, sem as marcas das injustiças, mas conforme a vontade divina.

A articulação entre fé e realidade foi possível graças à aproximação que o precursor na América Latina Gustavo Gutierrez da TdL, realizou entre marxismo e teologia, com as necessárias críticas e superações (IOKOI, 1996:212). Essa “afinidade eletiva”, segundo a autora, do marxismo com o cristianismo, se baseia na tentativa da superação de condições desiguais e no conceito de liberdade.

Esses fatores são correlacionados ao conceito de pobreza⁵⁰, para justificar a opção preferencial pelo segmento social desprovido de parcelas da riqueza produzida socialmente. O pobre constitui o fundamento da reflexão teológica de conteúdo libertador e analisado enquanto grupo social excluído da sociedade capitalista e por isso, desprovido das condições mínimas de sobrevivência, representa a maioria da população latino-americana.

A TdL estaria respaldada na institucionalidade eclesial que, no Documento de Puebla, certifica-se claramente da situação de pobreza do Continente.

⁴⁹Sherer-Warrar compreende a utopia composta em dois pontos básicos: “a) Uma crítica profunda das atuais condições de vida. b) Um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação presente” (1993:27).

⁵⁰Pedro Demo (1991:10) define a pobreza como produto da “forma de repressão, pois ressalta assim seu caráter também político, já que numa ótica apenas econômica ela tende a ser definida como situação apenas herdada, como se o problema se alocasse somente ao nível de pobre, deixando de lado a consideração da dinâmica social que dicotomiza grupos sociais e os mantém pobres”.

“Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismo que, por estarem impregnado não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem em nível internacional, ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”. (Nº 30)

A pobreza resultante da sociedade capitalista com causas determinadas pelas estruturas sociais e econômicas é bem mais que um incômodo, é um grave problema social e atrai a atenção da Igreja. O materialismo que os neoconservadores atribuíam ser o perigo da TdL (ROLIM, 1992) é fator determinante no seio da sociedade a produzir a miséria em escala cada vez maiores.

A reorientação da prioridade dos trabalhos pastorais, capitaneada pela “opção preferencial pelos pobres”⁵¹, termina por guardar uma decisão da Igreja que não abraça essa opção com exclusividade pelos setores sociais marginalizados. Em outras palavras, a Igreja na América Latina continua sendo uma instituição “pluriclassista” e sua mensagem evangelizadora não deve, portanto, ser restrita a qualquer dos grupos sociais, sejam empobrecidos ou privilegiados. Essa postura culmina em “ações sociais” de bispos e padres que encontram pretexto nessa “opção apenas preferencial” para continuar, através do “poder racional”, pois baseada em “estatuto” institucional, seu trabalho neoconservador junto às elites. Ao mesmo tempo considera que essa ala, como

⁵¹O Documento de Puebla asserta a opção preferencial pelos pobres com a tendência mais notável da Igreja na América Latina. Entretanto “Esta opção não supõe exclusão de ninguém, mas pelo contrário, uma preferência e aproximação do pobre”. (Nº 733).

afirma Macedo, vê a si mesma como “a herdeira e responsável pela preservação do “verdadeiro” cristianismo”(1992:212).

Entretanto, essa postura ambígua não está apenas na Igreja entendida como instituição, mas também nas comunidades que resistem à idéia de a Igreja através de seus animadores, fazer uma prática pastoral enraizada nas condições concretas da região.

Por exemplo, em determinados momentos, quando o padre na homília da celebração litúrgica, faz referência à situação de injustiça social e aponta mecanismos que causam os problemas sociais, inevitavelmente, cita indiretamente as pessoas que, pelas suas funções administrativas e políticas, são responsáveis por esse quadro de miséria, provocando uma reação em determinandos animadores:

“(...) o padre não tem o direito de se intrometer, de estar fazendo política. Porque também muitas vezes talvez tenha umas pessoas que sejam de um outro partido, e ele vai falar de outro partido que não é (...) aí realmente nós não, mas também não é errado e nem é certo, acho que ele não devia (...) falar. Principalmente numa celebração. Aqui mesmo ele já falou de um partido e tinha outros partidos. Na comunidade, aquela pessoa que não vai se sentir bem ele falando, né?”. (FELICIDADE-Liturgia. out/1997)

A fala da animadora revela que a opção da Igreja por setores sociais mais pobres gera conflitos, não só entre teólogos e clérigos polarizada nas “ações” de conservadores e progressistas. Mas produz resistência de animadores que em sua comunidade repelem em termos políticos a orientação

subjacente da Teologia da Libertação. E isto é bem claro: “o padre não tem o direito de se intrometer, de estar fazendo política”⁵².

Deveria, pela sua opinião, haver uma separação entre fé e política. A dissociação das duas esferas é uma tendência que se distancia do projeto de pastoral diocesano, de uma fé enraizada na realidade, propositura essa das CEBs e da própria Teologia da Libertação. Mas, apesar de fazer referências contrárias à posição política do agente de pastoral, Felicidade tinha a sua:

“Quando Sandro foi candidato a vereador... aí eu me empolguei, a gente querendo muito um vereador, porque ele era jovem, a gente tava querendo muito um vereador aqui em Cisplatina, aí eu me empolguei muito”... (FELICIDADE-Liturgia. out/1997)

As comunidades de Pedra Lavrada, ou os animadores se assim o quisessem, tinham uma opção de luta com uma vereadora. Era uma candidatura que teve origem na CEB e essa pessoa conseguiu alcançar uma posição de liderança na região.

Porém, Felicidade não apoiou a candidatura dela e resolveu se “envolver” na candidatura de outro, porque “ele era jovem” e pertencia à sua comunidade.

Animadora não desejaria a neutralidade política do agente de Pastoral (padre), mesmo porque ela dissera que, nas eleições passadas, participara na campanha de um candidato a vereador da sua comunidade.

A sua preocupação é que, dentro do espaço litúrgico, de serviço ao público, não se levantem questões sociais de fácil polemização e se faça interpretação pelo prisma da opção político-partidária do agente. Na celebração

⁵²Follmann realizou um estudo no qual aborda também as diferenças concernentes à percepção ideológica dos membros da Igreja católica. Ele mostra que entre alguns é bem marcante a preocupação de que a Igreja deva se preservar das influências políticas (1992:188).

litúrgica, estão presentes pessoas de todos os grupos sociais e o sermão para ela não poderia ser direcionado contra determinados pessoas da localidade, inclusive por pertencerem a partidos diferentes.

Pode haver outras razões para esse comportamento da animadora. Uma seria que as atitudes do agente podem colocá-lo em situação delicada, dentro da comunidade. O padre é agente externo, faz suas colocações com sinceridade e altivez e vai embora para outra cidade, depois da missa. Já o animador não, está e permanece na comunidade. Pode sempre até depender, devido às suas parcas condições, de alguma ajuda que termina sempre criando relações de clientelismo político. Ou pode ser apenas amizade que sua família tem pelo político por muitos anos, ou simplesmente por uma questão de justiça e educação, como diz: *“eu não poderia tratar ninguém mal só porque não fosse do meu partido”*. Nesse sentido, seja por todos esses “motivos”, ou qualquer outro desconhecido, o animador da comunidade fica entre a cruz do agente e a espada do político.

Na comunidade, como lugar de trabalho e moradia, evita-se desavenças entre os seus habitantes pela mútua dependência que existe. A melhor política é a da boa vizinhança. É por esse prisma que entendemos Weber ao afirmar que a comunidade é a antítese da luta.

A afirmação da animadora pode ser também uma maneira de, se não anular a “luta” no interior da comunidade, pelo menos de arrefecê-la nesse momento de apaziguamento das famílias Lunguinho e Buriti. Há aproximadamente 20 anos atrás, essas duas famílias eram rivais e marcaram a história da comunidade com conflitos que resultaram em morte. A experiência dolorosa da violência política em suas conseqüências, pode ter hoje como resultado uma “ação determinada por afeto”, ou seja, motivada pelo medo de

reincidência de novos conflitos que deixaram seqüelas emocionais nas partes envolvidas. Agora, de outra ordem, e com outros protagonistas.

Ainda sobre a categoria “pobre”, conceito utilizado pela TdL, acusada pelos opositores por assumir a conceituação de oprimido, temos que considerar, segundo F. Rolim (1992:41), que Weber pode nos inspirar na concepção da problemática, quando, ao pensar a racionalidade instrumental como produtora não só da autonomia das esferas sociais e culturais em face da idéia metafísico-religiosa, mas da força propulsora do capitalismo ocidental, gerando dominados e pobres sob a égide dos que manipulam os mecanismos de racionalidade com objetivo de extrair o lucro do capital. Mais ainda que os privilegiados sócio-econômicos, recorrem à religião e a Deus para Ele abençoar seu empreendimento e defender sua felicidade às expensas de quem está oprimido.

Da percepção crítica da realidade, mediada pela conciliação de fé e política, os católicos tomam “interesses” em participar dos partidos políticos e sindicatos. *“Foi dentro da Igreja que eu descobri essa visão”*. Assim com base na sua fé e na reflexão bíblica sobre a dinâmica social, fundam o partido e entram no sindicato.

5.2. O Animador e o Partido Político

À medida que os agentes e animadores organizavam a comunidade sentiram a necessidade de fundar um partido. Lúcia nos fala do porquê de se criar um partido político: *“Foi a necessidade de fundar um partido coerente com as idéias pessoais e o projeto pastoral”*. A própria Assembléia Diocesana de 1989 já mostrava a predisposição de engajamento de alguns membros de CEBs em partidos políticos.

O item sobre compromisso sócio-político das *Propostas e Pistas de Ação* dessa Assembléia reivindicava, a partir daquele ano, que “os cristãos comprometidos na política partidária deveriam ter sempre apoio, respaldo, espaço e acompanhamento para que cresçam em sua militância”. (*Propostas e Pistas de Ação. Assembléia Diocesana. (1989-1992. p13).*)

As afinidades do PT com a Igreja remontam à fundação do partido no país. Ele surge da convergência de forças que incluíam, além de militantes marxistas, intelectuais orgânicos, lideranças do movimento popular, membros atuante das CEBs e pastorais. (DOIMO, 1996: 174-175).

No tocante à criação do PT, a iniciativa ganha feições diferentes conforme as características dos membros das comunidades das cidades de Pedra Lavrada e Nova Palmeira. De acordo com as peculiaridades, a dinâmica da relação entre trabalho pastoral e atividade política obtém contorno próprio.

Em Nova Palmeira, onde ação política de animadores, através do Partido e Conselho de Saúde, é mais acentuada, o trabalho pastoral tem crescimento reduzido, as CEBs da zona rural praticamente não existem. Já em Pedra Lavrada, não existe nenhuma vereadora, mas as comunidades rurais são dinâmicas, podem levar suas atividades pastorais sem maiores dificuldades, pois contam com um grupo de animadores preparados para exercerem as funções.

Não vamos analisar aqui todas as diferenças que distinguem as comunidades das duas cidades. Tentaremos nos deter nas “motivações” que nortearam as trajetórias individuais que determinaram a criação do Partido dos Trabalhadores com suas particularidades, em cada cidade.

Em Nova Palmeira, a principal liderança do partido é uma ex-membro da CEB. Na década de 70, ela passou no vestibular e foi morar em Campina Grande para cursar universidade. Lúcia não encontrou espaço no

trabalho pastoral na sede da Diocese, e passou a atuar no SINTAB (Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema). Também trabalhou com Alfabetização de Adultos, com os garis e profissionais do sexo.

Depois que terminou o Curso de História na Universidade Estadual, sentiu a vontade de regressar à sua terra natal e desenvolver uma atividade contando com a experiência adquirida até àquele momento.

“Eu trabalhava no Sintab e mais era um trabalho assim que deixava a desejar mais um trabalho que faltava alguma coisa, é que deixava a desejar (...) eu não quis continuar aí eu sempre vim aqui, e eu senti vontade como eu achava que era uma região assim... que faltava recurso humanos, eu sentia vontade de voltar fazer alguma coisa, muito embora as pessoas achavam uma loucura [e diziam que] andando eu tava como caranguejo prá trás. Terminar um curso superior e voltar pra cá”. (LÚCIA-Coordenadora.do CENEP/ Vereadora. dez/1997)”

No depoimento, vemos alguns pontos que merecem ser considerados. O fato de poder estudar faculdade em Campina Grande lhe possibilitou uma forma diferente de proceder em relação ao antigo trabalho que possuía em comunidade. Primeiramente, ela sentia uma mudança no tipo de relações afetivas existentes nas CEBs e que no sindicato são bem mais impessoais. Ela percebe no sindicato um individualismo, enquanto na CEB, há uma “preocupação maior com o outro”. O trabalho sindical tem funções variadas que compreendem desde “ações” rotineiras e burocráticas até “ações” políticas.

Quando o membro da CEB é atraído para o sindicato ou partido político, tem como motivação esta última ação que coincide com os anseios de justiça e igualdade das leituras evangélicas, vistas pelo prisma da Teologia da

Libertação. É tanto que, quando se refere a tarefas sindicais, ela se reporta às mais significativas e que são as políticas, os trabalhos de alfabetização de adultos, garis e profissionais do sexo. Só que, na verdade, essas tarefas parecem correr à margem do que seria a essência do trabalho de um sindicato de professoras. O que deixa a desejar é a não realização do desejo, da utopia. É de fato a racionalização que ocasiona o desencanto do mundo, digo, com o sindicato.

Voltar a Nova Palmeira poderia ser considerado retrocesso no projeto de vida pessoal, por muitas pessoas, porém teria outras vantagens, além daquela de beneficiar a região com alguém que retornaria bem mais capacitada, sanando as necessidades de “recursos humanos”.

Em uma pequena cidade, as relações sociais estabelecidas pelos membros de sua população têm caráter de pessoalidade. Isso facilita o reconhecimento do “carisma” de uma líder de oposição que combate os chefes da política local sem temor. Não se calando diante das ameaças enviadas por cartas anônimas. Esse reconhecimento não se traduz apenas através de satisfação como “élan” de motivação e alimentando a “relação social” de quem estima e é estimado, mas confere em conseqüências prestígio que pode redundar em votos numa candidatura à eleição ao cargo de vereadora. Temos um quadro em que confluem projeto de vida pessoal e atendimento das necessidades dos homens e mulheres da cidade.

Em Pedra Lavrada, a iniciativa de fundar o Partido dos Trabalhadores surgiu na comunidade por sugestão do Agente Pastoral. Os animadores não tinham nenhuma experiência com sindicato, pelo que conseguimos colher dos informantes:

“Olha, quando a gente foi, mais convite de Pe. Ambrósio, ele disse: “Olha, a gente vai ter de formar esse partido (...).’ Nem saber mesmo qual era o papel mesmo do partido, mas... eu estava lembrando, só porque tinha o nome, o Partido dos Trabalhadores, então o partido deve ser bom, ele vai trabalhar em defesa dos trabalhadores... e depois a gente começou a participar, a gente viu que realmente na verdade é um partido que ainda se preocupa com a vida do trabalhador, e uma certa maneira é um partido que ainda a gente sente uma certa honestidade com as pessoas, com os cidadãos e também é um partido de pessoal que a gente não valoriza também, tanto é um partido que a gente tem que sentir muita dificuldade...” (PERPÉTUA-Coordenadora e Equipe de Formação)

Temos aí condições diferenciadas conferidas pelas principais “lideranças” de Pedra Lavrada e Nova Palmeira. As trajetórias de vida e militância vão configurar e determinar os tipos de “ação” política caracterizada pelos perfis das duas “líderes”.

Em Pedra Lavrada, o P.T é formado praticamente por membros da CEB, e tentou nas duas últimas eleições eleger um representante para Câmara de Vereadores, com as candidaturas de Aparecida e de Perpétua respectivamente, sem obter êxito. Segundo algumas falas, na candidatura de Aparecida, não houve o empenho da comunidade e do agente pastoral, recebendo por isso uma votação inexpressiva, numa campanha apática.

Na segunda eleição, os objetivos quase foram alcançados, faltando poucos votos para ser atingido o coeficiente eleitoral para elegibilidade. Nessa última eleição de 1996, o P.T se coligou com o PMDB e depois da eleição, aceitou a proposta de um representante do PT fazer parte do governo municipal. Perpétua não quis ser a diretora da creche municipal, mas indicou

seu filho para exercer uma função administrativa na prefeitura. Depois conseguiu empregar também seu irmão.

Pelo desenrolar dos fatos, a aliança partidária em Pedra Lavrada não teve o propósito, como em Nova Palmeira em 1992, de o partido conseguir atingir o coeficiente eleitoral, que depois do pleito, logo se desfez. Mas para descontentamento das animadoras de Pedra Lavrada, a coligação ressoou como cooptação:

“(...) Ele [o prefeito] empregou duas pessoas da casa dela e isso na cidade do interior que se tem como um meio assim... de um “cala a boca”, porque na verdade fosse pra escolher, tivesse feito a reunião dos militantes e tivesse escolhido uma pessoa pra tá lá dentro fiscalizando seria diferente, só que não houve isso. Foi direcionado por incrível que pareça, duas pessoas da casa da ‘centralizadora’”. (JULIANA-Equipe do Crisma. dez/1997)

Percebe-se que na comunidade, pela forma como a depoente se refere ao conchavo político entre a animadora e principal “líder” do PT, com os chefes da política local, ocorre uma “luta” velada. Há uma tensão sub-reptícia que permanece latente pelo apoio tácito quase incondicional do agente de pastoral - padre ao fato que essa animadora se reporta.

O que mais faz os animadores questionar é a oposição que antes o P.T. através de suas lideranças tinha em relação ao poder local.

Hoje, na visão de Teodora (Coordenadora-Liturgia. dez/1997), não existe mais oposição. O P.T. se identifica com os outros partidos que estão na situação: *“Depois o pessoal ficou todo mundo num bem dizer só um partido”*.

A contenda que domina a vida na cidade era formada por motivos aparentemente sem importância. Certa vez, na festa de Nossa Senhora da Luz,

os políticos da situação não queriam que durante a procissão, saíssem cartazes de mártires como de Margarida Maria Alves e Padre Josimo. Houve a peleja das duas partes. Os políticos impetraram um recurso na justiça para proibir a iniciativa da Igreja, no que foram atendidos. A Igreja recorreu, ganhou o direito, mas não permitiu desfile dos estandartes para evitar o cumprimento das ameaças de violência com arma de fogo, prometida por alguns políticos durante a procissão. A Igreja recuou “motivada” pelo medo dos participantes do evento religioso e os animadores serem vitimados pelas ações violentas⁵³.

O que se esconde por trás dessa rusga é bem mais significativo que o próprio fenômeno em si. Na verdade não eram contra os desfiles dos cartazes de Josimo e Margarida Alves que esses mandatários estavam se colocando, mas o que eles representavam simbolicamente naquele momento.

Os cartazes traziam uma proposta que viria a romper a “dominação tradicional” que os potentados locais exerciam sobre a comunidade através da Igreja. Quando da chegada dos novos agentes de pastoral (Pe. Ambrósio e Irmã Graça), a comunidade foi convocada para participar e inclusive organizar a festa da padroeira. Então, quem controlava a festividade religiosa foi afastada bruscamente, tendo seu “poder” diminuído.

Diante do fato narrado, e da atual aliança do PT, depois de passado por toda essa pressão e vivenciado esses conflitos, pode-se compreender porque há crise partidária e que é apontada por um animador e militante do partido não filiado:

⁵³Carmem Macedo, ao se referir à relação entre poder político e catolicismo assera: “Nossa história nacional é marcada pela presença constante da Igreja católica, de tal forma que quando o povo da CEB aprende que Igreja no Brasil sempre fez pacto com os poderosos, mais que ideologia, aprende também história. No entanto, ainda é a Igreja a ensinar o povo...(agora a ser o povo, feitiço virando contra feitiço)”. (1992:211).

“O Partido dos Trabalhadores foi desenvolvido de uma forma e chegou a um ponto, não é mais aquele que tá lá pra defender os direitos dos trabalhadores, aquele partido que eu acho que a gente precisa, que o povo mesmo precise”.
(SEBASTIÃO-Coordenador Litúrgica. nov/1997)

O animador percebe o quanto o PT modificou do período da fundação até este momento. Ele vê as duas faces do partido. Uma anterior em que o partido era reivindicativo, defendendo os direitos dos trabalhadores e agora aquele que ele identifica como uma posição contrária da que se tinha quando o partido nasceu. Estamos diante do “paradoxo das conseqüências”.

É muito difícil para trabalhadores empobrecidos resistir a uma “ação” cooptativa do poder local. São raras as oportunidades de trabalho. E a única que pode aparecer está ligada a órgãos estadual e municipal, muitas vezes, conseguida sem o concurso público, facilitando a utilização das funções públicas para manter alianças políticos das famílias com finalidades eleitoreiras. Um membro empregado da família nessas condições compromete toda a família com um “chefe” político.

É importante também, no caso do militante do PT com raízes nas CEBs, tornar-se obrigatório o recurso a um mimetismo com habilidade para mudar seu matiz político em situações ambíguas. É preciso conciliar “ações” contraditórias com uma fala de um indivíduo crítico diante da realidade e, ao mesmo tempo, não atingir os aliados para não ameaçar a composição clientelística e assim as benesses conseguida. Tomemos um exemplo dessa fala:

“(...) o pessoal tem que tomar essa consciência, essa visão política, eu acho que não vou ter muita condição de ter transformação na sociedade, quando cada um tomar consciência realmente de seu papel, nos seus

trabalhos pastorais, nos sindicatos, nas associações, se não tomar consciência da necessidade de se organizar (...) lutando realmente pelos direitos dos outros (...)". (PERPÉTUA-Coordenação-Equipe de Formação. out/1997).

Na prática, os “direitos dos outros” não se resumem à defesa dos interesses dos pobres. Mas até na atenuação de conflito entre dominador e dominado. Durante a minha visita a uma comunidade rural, conversei com o marido de uma animadora. Ele me contava que pediu o trator da prefeitura por uma hora para preparar sua terra. Foi-lhe negado. Não se tinha condição para a prefeitura comprar o óleo. Depois, ele viu o trator na propriedade de um fazendeiro, chegando a ficar lá durante cinquenta horas de trabalho. Este homem se sentiu injustiçado. Disse-nos que, do mesmo jeito que o fazendeiro tinha direito, ele também tinha. Contou o fato a Perpétua, de Pedra Lavrada. Ela disse: *“Mas isso não pode acontecer, eu vou falar com ele [prefeito]”*. Logo, ela contou outros acontecimentos que exaltavam as virtudes e o senso de justiça dele, procurando desfazer a imagem negativa.

Podemos ver como essa coligação traz dividendos políticos para o grupo dominante na política local. Retira a fustigação de um partido e liderança de CEB que faz oposição sistemática e tem uma pessoa que possui penetração, utilizando o espaço pastoral criado pela Igreja em toda área da zona rural advogando os seus direitos e dos grupos que apoia politicamente.

Contudo, a liderança do PT e das CEBs em Pedra Lavrada assume a postura de uma legítima defensora dos direitos da comunidade:

“Quando terminou a reunião, o pessoal procurou a gente e disse: ‘Mas vocês podiam também colocar o problema da água, porque tem rua que não tem água, e o pessoal que estava na reunião veio colocar esse

projeto, vocês é que deviam ter colocado, então é uma coisa que eles já sabem, e sempre é a gente que enxerga sempre, tá puxando esse movimento'. Quando o promotor foi embora eles disseram que deveria se colocar o problema da água e vê o que o promotor podia fazer. Eles estavam na reunião, mas não tem coragem de reagir, de fazer uma denúncia, sempre espera pela gente, né?". (Idem. Ibidem)

Os consumidores de energia da SAELPA estavam sendo prejudicados pela forma inovadora de cobrança tarifária. Os recibos de energia passaram a vir trimestralmente, acarretando prejuízo com o valor bem acima da média, quando a auferição era feita de forma mensal. Foi Perpétua que teve a iniciativa para marcar uma reunião com o promotor da Comarca de Picuí e discutir junto à comunidade as soluções que deveriam ser tomadas diante da companhia de eletricidade. As pessoas sempre esperam e confiam na atuação dela, muitas vezes se acomodando em não tomar uma decisão sobre determinados problemas.

Todavia, mesmo reconhecendo a força dominadora de um animador em uma comunidade, não significa que receba inquestionavelmente apoio político. Há participantes que possuem boas relações pessoais, mas resistem em apoiar alguém da comunidade em período eleitoral, votando em outro candidato.

"Assim pra política eu não sou muito chegado. É, passou pra política eu num sei assim... PT. Pra começar nem sou do PT. Eu nunca voto. Candidato, mesmo sendo da comunidade, eu não voto neles". (TURÍBIO-participante. out/1997).

A ojeriza do depoente pode ser “motivada” pela imagem que o Partido dos Trabalhadores tem ainda nas pequenas cidades interiores de ser um “partido comunista, de violência”, o “que toma as terras dos outros”, no dizer de uma membro do partido de Pedra Lavrada. Porém, se existia esse “motivo” para não se filiar ao partido, vemos que do ponto de vista dos “interesses”, também existem razões para isso. Por mais que sejam ingênuos, os indivíduos não se deixam enganar e não querem participar de um partido em que apenas uma liderança da comunidade é beneficiada com os resultados da aliança política.

5.3. Os Diversos Níveis e Formas de Participação

5.3.1. De Crítica a Militante

Uma animadora da comunidade e filiada ao partido nos diz que nem sempre teve simpatia pelo PT. Muito pelo contrário, tinha muita raiva dos petistas na cidade. Mas, ninguém esperava que uma relação afetiva eivada com tanto ódio, pudesse se modificar para uma relação de tamanho amor à agremiação partidária.

Ida nos fala que o que o partido pregava, ela não acreditava. O PT era mais um partido como os demais, dizia-se diferente, mas quando chegasse ao poder, faria exatamente igual aos que antes criticava.

Na época, Ida era aluna de Lúcia na escola pública de 1º grau. E pela forma como eram ministradas as aulas, a professora era detestada e por causa do partido, ao qual ela pertencia. Ida detestava a professora e a pessoa de Lúcia.

“Essas escolas agora tão mudando, mas antes era só naquele regime de perguntas, respostas, já dava prontinho, nera... e ela vinha, vinha com temas assim, dentro da realidade daqui, aí a gente foi... acha... eu mesmo achava que ela tava falando do prefeito, era assim”. (IDA-Batismo. nov/1997)

No decorrer do tempo, Ida começou a participar do grupo de crisma e sua visão sobre a realidade, sobre o PT e sobre “Lúcia” mudou. Havia no partido a secretaria de jovens que organizava eventos e muitos jovens participavam com muito entusiasmo. Em 1988, Ida filiou-se ao partido e de crítica passou a militante, conseguindo votos da família para os candidatos do partido, inclusive para Lúcia.

O animador de comunidade tem inicialmente desconfiança do PT. Isso porque as “relações” sociais que as pessoas têm antes de participar da comunidade são marcadas majoritariamente pelo preconceito, sobre os membros do partido e descrédito das suas propostas. É na CEB que os indivíduos, com os cursos de formação, contato direto com as pessoas que antes rejeitavam, desfazem as prenoções. As leituras bíblicas tomando como base o conhecimento da realidade, desembocam para alguns animadores em uma opção partidária.

“No PT eu entrei porque na verdade era o partido assim que mais casava com as minhas idéias e com o projeto pastoral que se tinha, então era o que mais, o que mais... o que era mais coerente eu entrei por isso, pensando que ia ter mais força, ia ser um motivo a mais trabalhar na comunidade”. (TEREZA-Trabalho com Jovens, dez/1997)

O Partido é a opção que se coaduna com as perspectivas pessoais e pastorais. Devido ao contexto em que o partido surgiu no país, foi sendo

integrado também por considerável militância proveniente das CEBs⁵⁴. O projeto pastoral requeria um compromisso político diverso e até contrário a tudo que existia, pois visava produzir modificações na sociedade, “motivadas” pela fé dos cristãos. Vemos que ela entra pensando “que ia ter mais força”. Isto mostra que foi uma decepção quanto ao trabalho desenvolvido por ela como vereadora. Mais uma vez, a utopia gera perspectiva e mostra uma visão otimista que a animadora tem em transformar a sociedade que não condiz com as condições encontradas por ela na lida diária do poder legislativo mirim.

“Para mim que é o primeiro mandato, primeiro ano, foi frustrante. Eu confesso que foi, eu estava idealizando outra coisa eu tava na maior utopia, eu achava que tava sonhando com muita coisa, só que na realidade a coisa funciona totalmente diferente. Primeiro você vê a situação do povo triste que tá aí, você não executa nada, quem executa é o poder executivo, você coloca as coisas, bota, propõe requerimento, mas requerimento pedindo as melhorias, bota projeto de lei, bota isso aquilo outro. No fim não dá em nada. Dava até pra você pegar aquilo lá, pegar aqueles papéis e fazer uma fogueira e o fogo subir, porque não adiantou de nada. Você não tem nenhuma resposta que você pediu ou você propôs nada, não muda, porque a pessoa de oposição também é muito difícil”. (TEREZA-Trabalho com Jovens. dez/1997)

Um ponto da fala pode ser analisado: O papel que compete ao poder legislativo. A correlação de força com o poder executivo, depende de uma representação majoritária para fazer valer os “interesses”. Para tanto, o poder executivo utiliza dos meios violentos próprios da ação política na

⁵⁴Os teólogos Leonardo Boff e Clodovis, no início da década de 80, procuraram dar direção partidária as CEBs, sugerindo-lhes assumir o partido dos trabalhadores. Os dois teólogos refazem aqui sua posição anterior oposta a esta. No Encontro das CEBs em Itaiçi, 66% dos participantes que tinham afinidades partidárias, atuavam no P.T. (Doimo. 1995:174).

concepção weberiana. Não existiria violência maior do que aniquilar a “ação” da oposição, não a deixando exercer as funções de representatividade para a qual foi eleita. É uma forma de, através do isolamento, desmerecê-la e desqualificá-la perante o conjunto do eleitorado que lhe confiou a oportunidade de beneficiá-lo por meio de projetos e requerimentos.

Na sociedade democrática, o jogo entre legislativo e executivo adquire estatuto de legitimidade e o que termina sendo importante são os resultados práticos, relegando-se a um aspecto secundário e insignificante os interesses da maioria da população e os preceitos éticos de conduta social.

5.3.2. A Participação Sindical das Mulheres

A participação⁵⁵ das mulheres no sindicalismo brasileiro, remonta à década de 60, quando das mobilizações das Ligas Camponesas no Nordeste. Em se tratando de Nova Palmeira, Machado (1997:87) assinala maior ímpeto da massificação feminina nas lutas sindicais a partir do final da década com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988.

Durante o processo constituinte, os setores sociais organizados reivindicaram o reconhecimento à mulher, do ponto de vista institucional, de sua condição de trabalhadora rural. Isso implicava também direitos a sindicalização e perante o Estado.

Para que o direito alcançado na Constituição não se tornasse “letra morta”, na expressão de Pedro Demo, mulheres ligadas à pastoral, começaram um trabalho de conscientização, convocando as trabalhadoras da zona rural

⁵⁵Sobre a participação política da sociedade brasileira Pedro Demo faz a seguinte apreciação: “A qualidade de uma sociedade se retrata em seus canais de participação, no sentido das oportunidades e processos atuante nela que levam ao fenômeno participativo autêntico. Nossa sociedade se caracteriza pela obstrução, muitas vezes obstinada, de tais canais ou pelo esvaziamento discursivo, tornando direitos transcritos em letra morta” (1991:97)

para se filiarem ao sindicato. “*Eu saí de casa em casa, arrumei doze mulheres, agora nós vamos pro sindicato*”, no dizer de uma delas.

Apesar de o direito à sindicalização estar estatuído na Constituição, os dirigentes do sindicato negavam seu cumprimento. Por sua vez, as mulheres, a partir daquele momento, precisavam se sindicalizar, para efeito de aposentadoria futura como comprovante diante da Previdência Social de sua condição de trabalhadora.

“A gente começou a teimar, aí disse, não, pelo que sei e assisti⁵⁶, o documento de sindicato é de determinada pessoa, o do marido não serve pra mulher e pra daqui a uns tempos nós vamos precisar demais da nossa carteira de sindicato prá se aposentar, que vem aposentadoria pra mulher, aí ele botou fervendo. (ÁGATA-Catequista. out/1997).

Aqui vemos as mulheres assumindo uma posição que vai de encontro ao “costume” existente até então, na zona rural, que sindicato era coisa de homem. Talvez respaldado na legitimidade estatutária, estabelecida por lei, que assegurava os direitos das mulheres pelas condições de atrelamento conjugal em que homem era o “cabeça do casal”. Com a mudança no regime de aposentadoria, a mulher saiu da tutela do esposo e para comprovar seu trabalho na terra teria que ter documento próprio, no caso carteira profissional, referendado pelo sindicato.

À medida que a diretoria do sindicato aumentava seu autoritarismo e vetava o direito de sindicalização às mulheres, a Igreja Católica, através de agentes de pastoral e animadores, juntamente com setores de organização popular iniciavam um movimento pela conquista da direção do sindicato.

⁵⁶Ela se refere à reunião de que participava sobre conscientização e política sindical, estimulada a frequentar por Lúcia.

Agora, reconhecido como oposição ao dirigentes do sindicato, o grupo move uma ação na justiça pelo direito de acesso das mulheres ao sindicato, alegando atitudes inconstitucionais da direção que marcaram as eleições sem cumprir as normas legais.

“A gente botou abaixo, porque ele não tinha avisado, aí voltamos pra o juiz, porque ele não podia fazer eleição sem avisar, botemo abaixo”. (Idem, Ib.)

A justiça deu parecer favorável ao grupo oposicionista que pode marcar e concorrer a novas eleições do sindicato com uma chapa que venceu com considerável margem de votos, graças a filiação das mulheres.

Atualmente esse grupo formado por pessoas ligadas à Igreja mantém uma hegemonia dentro da correlação de forças dentro do sindicato. A campanha de oposição organizada predominantemente por mulheres escolheu para ser candidato a presidente do sindicato, não uma mulher, mas homem. Ágata em seu depoimento se mostra inconformada com sua atuação, não por questão de gênero, mas por sua posterior opção político-partidária:

“Hoje ele é um vereador. Vereador não do trabalhador, do Partido do Trabalhador, é do PMDB. [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]”.

Não seria a visão de Ágata a tendência de tornar o sindicato monolítico, sem diferença de matiz político? Formalmente se poderia ter um sindicato só de petista. Mas haveria um homogeneização de “motivações” e “interesses”?

5.3.3. A Participação nos Conselhos de Saúde: A Cidadania Ativa

A Constituição Federal homologada em 1988, trouxe, entre outros dispositivos, a possibilidade da municipalização do serviço de saúde, através do sistema unificado da Saúde (SUS), que deveria organizar no plano local as atividades integradas do Ministério da Saúde, Inamps, dos Estados e Municípios. A administração das unidades municipais deveria ser encampada por um conselho formado por representantes dos órgãos públicos e das organizações sociais de caráter civil como Igreja, Sindicato, Associação, etc.⁵⁷

Em Nova Palmeira, por volta de 1993, com a questão da municipalização da saúde, a administração municipal se viu obrigada a constituir o Conselho de Saúde, com representante de várias organizações sociais, inclusive da Igreja. Inicialmente, o prefeito convocou os representantes das entidades “apontando a dedo” as pessoas de sua preferência. O representante da Igreja foi o ministro da eucaristia que recebeu o convite diretamente, sem o conhecimento da comunidade.

“Com essa questão de municipalizar a saúde de todos os municípios. Isto no ano de 1994. Ele formou o conselho escondido, convidou pessoa da Igreja, que na época era amiga dele. Não é que ela não faça parte realmente, mas ela é assim... um ministro da eucaristia. Mas a gente descobriu depois que ele tinha sido convidado e que agente do conselho não sabia, não é que a gente não aceitasse, mas era feita de um maneira ilegal”. (BERNADETE-Coordenação de Liturgia.out/1997).

⁵⁷Pedro Jacobi (1993) realizou um trabalho sobre a participação dos movimentos sociais pela reivindicação de melhores condições de saúde na região leste de São Paulo, em que houve na década de 70 e início de 80, a atuação das CEBs.

Logo, uma atitude individual do prefeito foi protestada por sindicatos, partido e Igreja que recorreram à justiça que considerou a maneira de formar o conselho improcedente.

“Então foi uma briga, entramos na justiça e tudo e impedimos a criação do Conselho, porque eles não queriam formar o Conselho com participação da gente. Mas depois eles ficaram convencidos que realmente precisava criar o conselho e pediram um representante, e um suplente da Igreja”. (Idem-Ib.)

Os animadores empreenderam suas “ações” para fazer prevalecer o cumprimento do dispositivo constitucional e poderem participar da administração discutindo a alocação dos recursos públicos destinados a saúde no município. Nessa perspectiva, a cidadania definida por Benevides (1994:9), é um exercício que os atores sociais buscam para a criação de novos espaços para a conquista de participação política, utilizando variadas instituições.

As representações das organizações populares dentro do conselho são três: O CENEP (Centro de Educação Popular), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Igreja. Esses grupos tomam posições articuladas entre si, mas são minoria, em um total de oito representações. As outras cinco sempre apoiam as decisões do poder local no Conselho.

Uma das reivindicações das organizações sociais é a entrada no Conselho de Saúde de mais uma entidade, no caso o sindicato de professores e servidores públicos. O objetivo é diminuir a força do poder municipal, tomando a correlação de força mais equânimes:

“Ficaremos os três contra cinco, o Conselho é formado por oito membros, e foi uma briga na época para ver se conseguia, mas ninguém até hoje não consegue, não

consegue o sindicato entrar, nós somos minoria lá dentro, mas mesmo como minoria a gente já conseguiu fazer muita coisa”. (Idem, Ib.).

Uma dessas “coisas” foi a denúncia de malversação de verbas destinada à melhoria da saúde no município. Bernadete nos narra como começar as desconfiâncias em relação a aplicação desses recursos:

“(...) A secretária da Saúde que é a ex-primeira dama, ela se empolgou tanto com a quantia de dinheiro, que um dia ela chegou para o Conselho e disse: Olha, a gente conseguiu quatrocentos e oitenta mil reais”.

O assunto não mais voltou à pauta das reuniões, o que gerou dúvidas dos membros do Conselho, representantes do CENEP, Igreja e Sindicato. Então, eles passaram a exigir as prestações de contas que, depois de muitas dificuldades, foram apresentadas.

Os membros do Conselho puderam conferir as despesas da Secretária Municipal de Saúde certificaram-se que valores das notas fiscais estavam superfaturados. Havia compras de produtos em quantidades abusivas que não correspondiam à realidade. Segundo Francisco, um dos nossos entrevistados, *“mais de mil reais foram gastos de uma só vez em pés de coentros”.*

A denúncia foi formalizada perante a justiça, que enviou o representante do Ministério Público para apuração dos fatos e constituição do processo contra o prefeito, na época.

Já em Pedra Lavrada, a atuação dos membros das CEBs no Conselho de Saúde torna-se compreensível com a análise dos sentidos, motivações e contextos subjetivos que norteiam as ações dos sujeitos. Esses

elementos foram postos no plano teórico no capítulo I e no plano empírico na segunda parte deste capítulo.

Estamos tratando da aliança político-eleitoral do PT com o poder local. Isto trouxe conseqüências para ação desses sujeitos que passaram de uma situação de oposição sistemática para uma de consentimento sem o mínimo questionamento, para com os atos do poder executivo.

Dai a participação do representante da Igreja no Conselho de Saúde não se caracterizar pelo conflito com os representantes do Estado como acontece em Nova Palmeira. A atuação dos membros do Conselho é descrita da seguinte maneira:

“É preciso você trabalhar dentro do hospital, eles falam: vão ao hospital dar uma olhada, prá fiscalizar lá um pouco, prá poder na reunião vocês colocarem algumas coisas que vocês não concordam, sendo que eles no hospital tão vendo todo o movimento” (PERPÉTUA-Coordenadora. out/1997).

Pela fala de informante, os membros do conselho em Pedra Lavrada, em especial a da representante da Igreja, exercem uma função marcada mais pela formalidade do que pela consciência de participar ativamente da discussão sobre a alocação dos recursos, conforme as prioridades e necessidades da população da cidade. O que ocorre é uma fiscalização consentida e não uma conquista de direitos.

5.3.4. A Cidadania Passiva: As Associações de Moradores

As associações são organizações fundadas pelos moradores da comunidade com a finalidade de conseguir benefícios públicos. Seu crescimento tem-se verificado a partir da exigência do Estado, que para prover

a comunidade de qualquer demanda, certifica-se da existência da Associação na localidade, através do órgão estadual, o Cooperar.

Elas não são expressões das reivindicações da população, embora sua criação parta da necessidade de bens de consumo coletivo como energia, construção de poço artesiano e dessalinizador. Atuam dentro da perspectiva de uma cidadania passiva, caracterizada, segundo Benevides *“como aquela que é outorgada pelo Estado, com idéia moral do favor e da tutela”* (1994:9).

Na comunidade de Canoa de Dentro, criaram a associação para a eletrificação, depois que a rede elétrica chegou às residências dos moradores, eles deixaram de se reunir. Vejamos o relato de Quitéria a respeito dos objetivos da Associação:

“Era pra instalar a rede de energia, sabe, que a gente fez. Aí, a gente passou seis meses, a gente se reuniu. A gente fez uma eleiçãozinha, sabe pra eleger o presidente, vice-presidente, essas coisas assim”. (MEB. nov/1997).

Em Cisplatina, segundo informações fornecidas por Felicidade, que chegou a participar da primeira e última reunião, o plano de formar associação não vingou, porque dois vereadores mostraram-se propensos a disputar o seu controle, deixando os moradores receosos de possíveis novos conflitos por questões políticas.

Em Papa-fina, existe uma especificidade, porque, em conjunto com associação, há uma família que exerce predominantemente “dominação de caráter tradicional”. Sua ação se faz de determinadas ajuda de caráter pessoal e trabalho comunitário. Há uma associação de Produtores Rurais que viabiliza a vinda de recursos para a comunidade através de órgãos estaduais:

“Através da Associação tem conseguido uma coisinha aqui, tem ajudado um pouco a comunidade, como a casa de farinha, construção do açude e construção de cisternas de pequenos proprietários, é uma associação que funciona, certo? E a gente conseguiu isto com recursos do governo do Estado, um convênio com o Cooperar”. (DIONÍSIA-Catequese. dez/1997)

Todavia, a associação apenas não é suficiente para conseguir esses benefícios. Por serem de quantidade significativa, torna-se necessária a ligação com grupos que dominam a política no Estado, determinando a obtenção das demandas. Um membro da família nos explica como se efetiva o processo:

“E você sabe quando é período político né? As coisa são mais fácies, é então foi na época que os Cunha Lima estavam no poder e a gente conseguiu a vinda de Cássio Cunha Lima e Glória Cunha Lima, a gente reuniu a comunidade e mostrou a necessidade da construção do açude e então foi liberada a verba que inclusive é quem está abastecendo a comunidade. Ainda com água do ano passado, mas ainda está abastecendo, é, a casa da farinha foi uma luta mais dura. Porque existiu um jogo político, quando a gente tava conseguindo, vinha um e passava uma rasteira, derrubava achava que não, alegava que não tinha necessidade”(DIONÍSIA-Catequista. 1997).

Vimos anteriormente que um dos meios de luta de que a CEB na cidade de Nova Palmeira se vale, é o confronto com o poder público. Entretanto, a comunidade de Papa-Fina, pertencente ao município de Nova Palmeira, e área pastoral de Pedra Lavrada, tem sua “ação” voltada para a distribuição de benefícios conseguidos junto aos órgãos do Estado.

O vínculo partidário com grupo na época predominante na política estadual, permitiu o acesso aos recursos públicos. A satisfação das demandas

imediatas da comunidade fortalece a dominação da família na localidade, que por sua vez, reciprocamente contribui para a receptividade da oligarquia na comunidade em termos eleitorais.

Podemos ver que nessa situação existem várias esferas de dominação que se originam no grupo político estadual, que exerce dominação sobre a família, que por sua vez controla a associação e que é a responsável pela conquista das necessidades da comunidade, que termina sendo o elemento fulcral da rede de dominação.

No caso da construção da casa de farinha, ela faz referência ao jogo de partidários contrários à sua construção. As expressões designativas das ações oposicionistas são bastante eloqüentes: “jogo dos políticos”, “luta dura”, “passava uma rasteira”. Isso tudo para descrever a “violência” da arena política, a falta de ética e o desrespeito ao merecimento alheio.

O problema também é bem mais sério, porque as decisões para beneficiar uma região, área ou localidade, não são avaliadas pelas carências efetivas, mas pelo retorno eleitoreiro que possa oferecer tal ação. Ainda assim os possíveis beneficiados ficam à mercê das disputas dos grupos que controlam os recursos do Estado que priorizam os seus “interesses”.

É interessante que, em uma situação dessa, o não atendimento de uma promessa feita pela líder comunitária, confiando na ajuda de um grupo que lhe está superposto para a sua execução, quando não cumprida, gera desgaste na liderança. Com a palavra a principal líder comunitária e chefe da família em questão:

“A região é muito carente, muito seca, então eu levei secretário de governo lá, pra mostrar a carência e prometemos um açude e não foi realizado e eu fiquei decepcionada, foi uma das coisas que me fez desistir da

política, porque eu não sou de prometer e faltar”.
(Terezinha)

Numa determinada região repleta de carências, prometer solucionar graves problemas é ingenuidade e voluntarismo, ou acreditar em uma capacidade ilimitada dos políticos.

Mas a líder se ressentiu, porque nessa situação a sua “dominação” sobre a comunidade foi afetada negativamente. Ela exerce uma dominação de “caráter tradicional”, por seus ancestrais atuarem de longa data na região. Seu “carisma” reside na assistência às pessoas carentes e até intermediação em reconciliação conjugal. Como ela mesma conta: *“O pessoal às vezes precisa de transporte pra transportar um doente e tem dificuldade, eu mando o carro (particular) prá levar pro médico”*. Por todos os fatores ela conseguiu se eleger duas vezes vereadora no município.

Mesmo não querendo atuar na política institucional, ou seja, não se dispondo a concorrer a nenhum cargo, Dona Dorotéia tem uma visão ambígua sobre a política, uma concepção crítica em que aponta os valores pejorativos da ação dos políticos.

“Mas existe deles que só trabalha através de subir, que a gente sirva de escudo pra eles, que aí eu acho que por isso que a política tá na sujeira do tanho que tá”.

E outra concepção que admite que, só através do “pistolão”, é possível conseguir resultados em forma de bens de consumo coletivo para a comunidade: *“Só que tem que ter um pistolão na frente”*. É a forma de dizer que os objetivos serão alcançados, quando forem recomendados por pessoas importantes.

Talvez, antes de assinalar as discrepâncias da sua visão política, devemos observar que é uma postura realista do se fazer política. Depois de uma decepção com as promessas realizadas por seu intermédio à comunidade, passou a ter compreensão de que era utilizada como instrumento para determinados políticos que só querem “*que a gente sirva de escudo*”. Por outro lado, não podia prescindir da ajuda que é conseguida através da influência e barganha político eleitoreira. Temos que convir ainda que os “valores” da depoente não são piores ou melhores que os nossos, são diferentes.

Neste capítulo pudemos perceber que, com a criação das CEBs em Nova Palmeira e Pedra Lavrada, começou a ocorrer de forma mais acentuada uma articulação da política e fé, ocasionando uma ativa participação dos católicos em partido político, Conselho de Saúde e Associações.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Nesse momento queríamos apenas realizar um apanhado, em forma de síntese, das discussões apresentadas no transcorrer do trabalho. Principalmente as questões concernentes a pesquisa de campo: as relações entre os animadores e agentes de pastoral, considerando suas implicações no âmbito eclesial e os diversos vínculos dos membros das CEBs com outras instâncias sócio-políticas.

A heterogeneidade no interior das CEBs, marcada pela diferença de “motivação”, “interesses” entre animadores, animadores e agente de pastoral, favorece a “ação social” em torno da participação sócio-política à medida que estes facultem a livre manifestação daqueles, ampliando a possibilidade de participação efetiva, tanto no momento reflexivo, escolha dos meios, quanto no momento prático.

A pesquisa mostrou que as motivações, e interesses e valores são forjados em grande parte no indivíduo pela família bem antes do indivíduo entrar na CEB. As CEBs são fins não visados pela ação do indivíduo, que, por isso, adere como modalidade religiosa, levado pela vontade de participar de algum tipo de serviço pastoral. Isso é um fator por si mesmo a impedir a ação dos indivíduos através da CEB, na atividade construtiva de uma ordem pela cidadania de forma conseqüente e planejada, em articulação com os movimentos sociais e partidos políticos, ou seja, sua ação não é de caráter racional.

A heterogeneidade existente entre os animadores e o Agente de Pastoral não se dilui através de uma pedagogia de caráter popular, como

assinalavam os estudiosos das práticas da Igreja progressista até a metade da década de oitenta.

Ela se mantém como resultado das diferenças de nível de conhecimento, de grupo social a que pertencem, e poder que a Igreja lhes confere. Como as relações de poder são “injustas” devido às desigualdades que as permeiam, vêm-se, por isso, determinados conflitos surgirem na comunidade, em virtude da tentativa do animador participar e decidir em condições de igualdade com o agente de pastoral.

Em decorrência aparece a “luta” que evidencia, em todos os meios utilizados, a desproporção na correlação de força, terminando por prevalecer a vontade do agente de pastoral.

Entretanto, o animador exerce também o poder concedido pela comunidade em conjunto, os animadores e agente de pastoral. O tipo de “dominação carismática” prevalece pela dedicação, coragem, simpatia, confiança e esforço com que esse elemento básico tem suas relações na comunidade, e na intensificação desses fatores, começa a concentrar em suas mãos uma quantidade de serviços consideráveis e/ou centralização das decisões, passando a ser o vínculo da comunidade como agente de pastoral

O processo de centralização ocorre da seguinte forma: nas cidades de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, os agentes de pastorais (padre e religiosa) fundam a comunidade. Nos primeiros anos acompanham e a motivam. Depois a religiosa se transfere, deixando o agente - padre responsável por todas as funções que antes eram divididas. Como a ação da religiosa estava voltada mais para organização local com presença cotidiana efetiva, enquanto a do padre mais abrangente, a saída dela deixa o agente sem referência de contato.

Mas o agente precisa desse contato para tornar o trabalho pastoral exequível e seguro. Aparece a figura da animadora que, como agente religiosa,

articula os outros animadores em função da atividade pastoral. Só que isso termina invertendo o processo: em vez de tornar a comunidade aberta, contribui por fechá-la. O agente padre termina reforçando a centralização quando, sem reconhecer as diferenças, as propostas que ele leva para a comunidade, retornam em forma de consenso.

O tipo de trabalho pastoral desenvolvido pela agente - religiosa sugere que as comunidades possam ser portadoras de estrutura organizacional e decisória democráticas e capazes de possuir autonomia relativa frente a Igreja, quando acompanhadas e assessoradas devidamente.

Por sua vez, as atividades dos membros das CEBs, no Sindicato, Conselho de Saúde e Associações são caracterizadas pela marca individual, impregnadas pelas principais líderes das localidades, que possuem trajetórias de vida diferenciadas, em suas participações político-sociais.

Desta forma, podemos compreender a ação dos animadores no Conselho de Saúde em Nova Palmeira, de embate com o poder público a fazer denúncias de malversação de verba. Ou participação consentida dos membros da CEBs no Conselho de Saúde em Pedra Lavrada, devido a uma aliança eleitoral que selou depois de muitos atritos entre a Igreja e o poder local, o pacto de silêncio. Ou os traços de cidadania passiva em que se enquadraram as lideranças através da Associação dos Trabalhadores Rurais, na Comunidade de Papa-Fina.

A Igreja, através da mediação dos agentes de pastoral, reconhecendo a autonomia relativa das Comunidades, tem posições também diferentes; não necessariamente contraditórias. Em Nova Palmeira, apóiam-se sem restrição os animadores e chega-se a fazer parte do grupo de denunciantes. Em Pedra Lavrada, aprova-se com tácito consentimento o acordo político com o poder local. Em relação à Comunidade de Papa-Fina, devido às

singularidades de ação dos agentes comunitários, é de indiferença, pois os animadores que atuam na associação vêm de uma tradição política bem anterior à chegada dos agentes à localidade.

Com isso, podemos compreender que a Igreja implementa, através dos seus agentes, o projeto pastoral diocesano, de acordo com as condições locais, especificidades da comunidade e idiossincracias das lideranças que se formam no processo da caminhada das CEBs.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *Vidas por um Fio, Vidas Entrelaçadas, Rasgando o Pano da Cultura e Descobrimdo o Rendilhado das Trajetórias Culturais*. In **História e Perspectiva**. Uberlândia (8) 01-06, 1993.
- ALMEIDA, Pe. Dalton de. *Do Poder da Autoridade e participação na Igreja e como Igreja*. In **Leigos e Participação na Igreja**. Estudos da CNBB (45). São Paulo. Ed Paulinas. 1986.
- ALVES, Maria Lúcia Bastos. *Religião e Igreja: representações sociais dos Agentes de Pastorais*. Trabalho apresentado no XX Congresso da ANPOCS, 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- AZEVEDO, Marcelo. **Leste Europeu. A Inesperada Convulsão**. São Paulo. Loyola. 1992. pp. 9-79.
- AZEVEDO, Marcelo. **Comunidade Eclesiais de Base e Inculturação da Fé**. São Paulo. Ed. Loyola. 1996.
- BASTOS, Elide Rujai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis. Vozes. 19-84.
- BENEVIDES, César. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **Democracia e Cidadania**. Polis, nº 14, 1994
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. "Cidadania e Democracia". In **Lua Nova**, (33) 1994. pp.5-16.
- BOFF, Clodovis. **Teologia Pé-no-Chão**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOFF, Clodovis e Leonardo. **Da Libertação - O sentido teológico das libertações Sócio-histórica**. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BOFF, Leonardo. **É a Igreja se fez Povo, Ecclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do Povo.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1986
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Pesquisa Participante.** 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALADO, Álder Júlio Ferreira. Desafios dos Movimentos Sociais Populares: frente à atual conjuntura. In: **Universidade e Sociedade**, 12, São Paulo, 1997.
- CALADO, Álder Júlio Ferreira. Traços da Caminhada da CPT no Nordeste. In **Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste. - Estudos de Experiências no Meio Rural.** João Pessoa. Idéia. 1996.
-
- Educação e Novos Movimentos Sociais: potencial, limites e perspectivas políticas-educativas da Igreja na base. In: **Temas em Educação**, n. 3. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. "Globalização e Neoliberalismo: Mitos de uma (Pretensa) Nova Sociedade. In Malagati. Manoel. L, CARCANHOLO; Marcelo. D. e CARCANHOLO. Reinaldo A.(Orgs). **A Quem Pertence o Amanhã? Ensaio sobre o neoliberalismo.** São Paulo. Loyola. 1997.
- CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma Mão Lava a Outra: O Trabalhador Rural e Suas Lideranças no Brejo Paraibano.** (Tese em Mestrado em Sociologia - UFPB - Campina Grande -PB. 1993.
- CASTANHO, Amaury. **Os Caminhos das CEBs no Brasil.** 2ª ed., Rio: Ed. Marques Saraiva, 1988.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação, Fundamentos da Sociologia de Marx Weber.** São Paulo. T.A. QUEIROZ. Editor.1979.

- COLLIOT-THÉLENE, Catherine. **Marx Weber e a História**. Trad. Eduardo Bravatti Pereira. São Paulo, Brasiliense 1995.
- CHACON, Vamireh. **Max Weber: A Crise da Ciência e da Política**. Rio de Janeiro. Forence Universitária. 1988.
- CELAM, **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo, Paulinas. 1979.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, Decretos, Declarações**. 20ª Edição. Petrópolis. Vozes. 1989.
- DAL CORSO, Marco. Paróquia e Religião do Povo: Paróquias e Comunidades no Universo Rural Brasileiro nos últimos 50 anos. In TORRES-LONDONO, Fernando (Org). **Paróquia e Comunidade, Perspectiva Histórica**. São Paulo. Paulus. 1997.
- DAMACENA, Andréa e MORAIS, Andréa. Igreja e Representação da Política: a formação das concepções de democracia e cidadania entre católicos. XX Congresso da ANPOCS, 1996.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 3ª Edição. São Paulo Cortez Editora, 1991.
- DEBERT, Guita G. Problemas Relativos à utilização de História de Vida e História Oral. In: CARDOSO, Ruth. (org.) **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DELMIRO, Ivaldinete Araújo. **CEBs: Espaço de Fé, Formação e Cidadania**. Estudo de caso das CEBs da Diocese de Campina Grande-PB. (Tese de Mestrado Em Ciências Sociais - UFPB -João Pessoa: 1996 (mimeo).
- DOMÉZI, Maria Cecília. A Paróquia de Desafrada a ser Comunidade de Comunidades 1950-1986. In. TORRES-LONDONO, Fernando (org). **"Paróquia e Comunidade Perspectiva Histórica"**. São Paulo. 1997.
- DOIMO, Ana Maria, **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70**. ANPOCS/Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995.

- DURHAM, Eunice. A Pesquisa Antropológica com População Urbana: Problema e Perspectivas. In CARDOSO, Ruth.(org.) **Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.
- FERNANDES, Dom. Luíz Gonzaga. **Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base**. 4ª Edição. Petrópolis. Vozes. 1985.
- FERREIRA, Ronaldo Barbosa. **As CEBs nos Anos 70: Concepções e Práticas Político-educativas**. (tese de Mestrado em Educação) UFPB: 1995 (mimeo).
- FLEISCHMANN, Engene. Weber e Nietzsche. In Gabriel Cohn - (org), **Sociologia: Para Ler os Clássicos**. São Paulo. LTC (Livros Técnicos e Científicos) 1971. pp.136-185.
- FOLLMANN, José Ivo. O Cotidiano Católico numa Paróquia Suburbana na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) In. SANCHIS, Pierre (org). **Catolicismo: Cotidiano e Movimentos**. Loyola, 1992.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Marx Weber**. Rio de Janeiro. Forence-Universitária. 1980.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicas e contemporâneas**. São Paulo. Loyola. 1997.
- GONÇALVES, Luiz Gonzaga. "As CEBs como Espaço de Lutas e de Participação Política no Sertão Baiano, In. CALADO, Álder Júlio Ferreira (org). **Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste - Estudos de Experiências no Meio Rural**. João Pessoa. Idéia. 1996.
- GODOY, Pe. Manoel José de. "O Cotidiano do Presbítero: Homem de Relações, In **Revista Vida Pastoral**. 202 (set-out/98), p. 27-29.
- GONDIM, Linda M. **A Participação Popular no Planejamento e na Gestão da Cidade: aspectos organizacionais**. XIV Congresso da ANPOCS, 1990.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve Século XX. 1914-1991.** 2ª Edição. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo. Companhia da Letras. 1996.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli: **Igreja e Camponeses - Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo.** Brasil e Peru. 1964-1986. São Paulo. Ed. HUCITEC/FAPESP. 1996.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** 2ª Edição. São Paulo. Cortez. 1993.

LAGENEST, J. P. Barruel de. **Elementos de Sociologia da Religião.** Petrópolis: Vozes, 1976.

LASCH, Christopher. **"Refúgio num Mundo sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?"** São Paulo. Paz e Terra. 1991.

LESBAUPIN, Ivo. **As Comunidades de Base e a Transformação Social.** In. Id (Org). **As Comunidades de Base em Questão.** São Paulo. Paulus. 1997. pp. 47-74.

_____. **CEBs, Poder e Participação na Igreja.** In. Id (Org). **As Comunidades de Base em Questão.** São Paulo. Paulus. 1997. pp. 105-120.

LÖWI, Michel. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhansen, Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento.** 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1996.

MACHADO, Charlinton José dos Santos. **A Política de Cara Nova (?): Estudo acerca da atuação política das Mulheres em Nova Palmeira-PB.** (Dissertação em Mestrado em Sociologia - NFPB- Campina Grande-PB. 1997.

MACEDO, Carmem Cinira. **Catolicismo e Sexualidade.** In. SANCHIS, Pierre (org) **Catolicismo: Cotidiano e Movimentos.** São Paulo. Loyola. 1992.

_____. **Todo Dia é Dia.** In SANCHIS, Pierre (Org) **Catolicismo: Cotidiano e Movimentos.** São Paulo. Loyola. 1992.

MAINWARING, Scott. et all. A Igreja Católica e o Movimento Popular: Nova Iguaçu: 1974-85. In: **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**. Porto Alegre: LEPM / CEDEC, 1986.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARACHO, Félix. **Na Escola da Fé**. São Paulo, Edições Paulinas. 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil. - As Lutas Sociais no Campo e seu lugar no Processo Político**. 3ª Edição. Petrópolis Vozes. 1986.

MICHELAT, Guy. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia, In THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo. Polis. 1985.

MOREIRA, Orlandil de Lima. **O Sindicato e a Usina: Redefinindo Relações, Um Estudo sobre a Repercussões das Lutas Sociais dos Canavieiros de Sapé (1984-1994)**. (Tese de Mestrado em Sociologia - UFPB - Campina Grande -PB. 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. **“Além do Bem e do Mal - Prelúdio a uma Filosofia do Futuro”**. 2ª Edição. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

. Humano, Demasiado Humano. Um livro para espíritos livres, In: BRUN, Gerard. (Org). Col. **Os Pensadores**. São Paulo. Nova Cultural. 1996. pp. 61-134.

. “Aurora. - Pensamentos Sobre os Preconceitos Morais”. (1881-1882) In: BRUN, Gerard. (Org.). Col. **Os Pensadores**. São Paulo. Nova Cultural. 1996. pp. 171-208.

. “Assim Falou Zaratustra” - Um Livro para Todos e Ninguém. In: BRUN, Gerard. (Org). Col. **Os Pensadores**. São Paulo. Nova Cultural. 1996. pp. 209-250.

NOVAES, Regina. A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes Sociais e Conflito no Campo (tese de doutoramento em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). São Paulo: Usp, 1987 (mimeo).

Nada Será como Antes, entre Urubus e Papagaios. In: **CEBs, Cidadania e Modernidade - uma Análise Crítica**. V.V.A.A. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. CEB: Unidade Estruturante de Igreja. In: LESBAUPIN, Ivo. (org). **As Comunidades de Base em Questão**. São Paulo. Paulus. 1997. pp. 121-175.

PALMEIRA, Moacir. A Diversidade de Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PARORO, Pe. José. "Poder, Autoridade e exercício da autoridade na vida da Igreja" In: **Leigos e Participação na Igreja**. Estudos da CNBB(45). São Paulo. Ed. Paulinas. 1986.

PLOEG, Roberto Vander. A Igreja dos Pobres no Nordeste. In: **Cadernos do CEAS**, nº 132, março/abril de 1991.

PUNTEL, Joanat. Transformação e Evolução da Igreja no Brasil (a partir de 1930). In: **Vozes**, n. 07, Rio de Janeiro, 78, set.1984.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: VON SIMON, Olga de Moraes. (org.) **Experimentos com História de Vida**. Itália-Brasil, São Paulo: Vértice, 1988.

ROLIM, Francisco C. "Teologia da Libertação no Brasil". 1980-1986. In: SANCHIS, Pierre(org). **Catolicismo: Cotidiano e Movimentos**. São Paulo. Loyola. 1992. pp. 9-79.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALEM, Helena. **A Igreja dos Oprimidos**, 2ª ed., São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

SANTOS, Selene Herculano. Representação Coletiva, Valores e Ideologia: Estudo das Idéias na Mudança e na Permanência Social: Cotejo entre Durkheim, Weber e Marx. In **Revista Vozes** (8). Petrópolis. 10, 1985.

SCHIERER-WARREN, Ilse. **"Rede de Movimento Sociais"**, São Paulo. Ed. Loyola. 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1989.

TEIXEIRA, Luiz Couto. **A Gênese das CEBs no Brasil - Elementos Explicativos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

TEIXEIRA, Fautino Luís Couto. **Os Encontros Intereclesias de CEBs no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulus, 1996.

_____. As CEBs no Brasil: Cidadania e Processo. In: **CEBs: cidadania e modernidade - uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993

TELES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos**. Polis, nº 14, 1994.

THIOLLENT, Michael. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operários**. 4ª ed. Pólis São Paulo - 1985.

THOMÉ, Yolanda B. **Crateús, Um Povo, Uma Igreja**. São Paulo. Ed. Loyola. 1994.

THOMPSON, Paul . "A transmissão Cultural entre Gerações dentro das Famílias: Uma Abordagem Contada em Histórias de Vida". In ANPOCS, **Ciências Sociais Hoje**, 1993, pp. 9-19.

VALLE, Rogério. CEBs: Fator de uma Forma de Modernização. In: **CEBs: Cidadania e Modernidade - uma Análise Crítica**. V.V.A.A. São Paulo: Paulinas, 1993.

VICENT, Jean-Marie, “Fetichismo y Sociedad”. México. Ediciones Era. 1977.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Grabiél Cohn (org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979 (col. Grandes Cientistas Sociais).

WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa**. As Religiões no Mundo. 8ª Edição. Petrópolis. Vozes. 1996.

_____. A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: Grabiél Cohn (org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979. (col. Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. Unb, vol. 1, 1991.

CARTILHAS

Preparando a Assembléia diocesana de Pastoral - 1989.

Propostas e Pistas de ação Diocese de Campina Grande, 1989 - 1992

Cartilhas Diocesano de Campina Grande para as Eleições. 1988.

Cartilhas Diocesano de Campina Grande para as Eleições. 1989.

Preparando a Assembléia diocesana de 1992.

Uma História da Salvação: História dos 40 anos da Paróquia Nossa senhora do Perpétuo Socorro. Campina Grande-PB.

RELATÓRIOS

Assembléia Diocesana de Pastoral - Centro de treinamento do Tampor. 29 de setembro a 1º de outubro de 1989.

Grupo de Estudos e Reflexão (em torno do Projeto Eclesial) Lagoa Seca, 15 de outubro de 1988.

Assembléia Diocesana de Pastoral - Campina Grande 23 - 24 de maio de 1987.